

ATA N.º 2/2014

-----A Assembleia Municipal de Sertã reuniu no respetivo salão, em Sessão Ordinária, nos termos da Lei nº 75 de 12 de setembro de 2013, para deliberação sobre os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos, no dia vinte e cinco de abril de dois mil e catorze pelas 9 horas 30 minutos, presidida Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, auxiliado pelos secretários Susana Margarida Farinha André e Luis Martins Ribeiro. -----

-----Feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, José Luis de Moura Martins Jacinto, José Paulo Barata Farinha, Susana Margarida Farinha André, João Carlos Silva Almeida, Carlos Alberto Miranda, António José Lopes Simões, Márcia Filipa Caldeira Nunes, Cristina Alexandra dos Reis Nunes, Luis Martins Ribeiro, Nuno Pedro Leitão da Costa Melo, Álvaro Fernando Carvalho Monteiro, Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Horta Antunes, Mónica Paula S. Custódio, Paulo Jorge António Martins Ferreira, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Patrícia Alexandra Mendes Cadete, Maria de Lurdes G.P. Matos, António Manuel Cruz Oliveira Guerra, José Joaquim Nunes Mendes, Ângelo Rosa da Costa, Ramiro Alves da Silva, Joaquim José Costa dos Santos, Paula Maria Martins Fernandes, Diamantino Pires Calado Pina, Pedro José Fernandes Vitorino Coelho, Amadeu Antunes Fernandes, Manuel Francisco Antunes Dias, José da Silva Nunes, Manuel Nogueira Figueiredo e Maria Gracinda Lourenço Marçal.- -----

Pediu a suspensão do mandato que foi apreciada e aceite o seguinte deputado municipal: -----
Senhor José Luís Eugénio Lopes (PSD) por um dia, tendo sido substituído pela deputada Mónica Paula S. Custódio. -----

-----1 - PERÍODO DE “ANTES DE A ORDEM DO DIA” -----

-----Presidente da Assembleia: Declarou haver quórum e abriu a Sessão.-----

Deu as boas vindas a todos os presentes referindo que hoje celebramos “40 Anos do 25 de abril” sendo a Sessão iniciada com este ponto, e nesse sentido foi previamente acordado que cada uma das bancadas realizaria a sua intervenção. -----

-----1.2 – “Sessão Solene Comemorativa dos 40 Anos do 25 de abril” -----

-----António Guerra (CDS): Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo I).-----

ACTA DA REUNIÃO DE 25/4/2014

-----**José Paulo Farinha (PS)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo II).-----

-----**José Luís Moura Jacinto (PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo III).-----

-----**Presidente da Assembleia**: Após as intervenções dos Senhores Deputados deu por encerrada a “Sessão Solene Comemorativa dos 40 Anos do 25 de abril”.-----

-----**1.1 – Informações sobre o expediente da Assembleia Municipal.**-----

Seguidamente agradeceu os convites recebidos para esta Assembleia Municipal estar presente em diversos eventos.-----

Em Sessão anterior foi discutida a possibilidade da Assembleia Municipal debater assuntos relevantes e estratégicos para o Município. No entender do Senhor Presidente da Assembleia, o primeiro deles deverá ser “A Água”, já na Sessão de junho, por ser um dos mais importantes e de muito interesse para o Município e para a Região.-----

A propósito do que tem sido manifestado pelas Juntas de Freguesia, e considerando que as iniciativas de sucesso se devem manter, nomeadamente a descentralização das Sessões da Assembleia, a Sessão de junho poderá ser realizada na Freguesia que o pretenda. No entanto se existirem várias candidatas, devemos dar prioridade àquela que ainda não recebeu nenhuma Sessão.

-----**1.3 – Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município.**-----

-----**Manuel Francisco Dias (PS)**: Interveio manifestando mais uma vez a disponibilidade da Junta de Freguesia de Pedrogão Pequeno para receber a Sessão da Assembleia Municipal e convidou o Senhor Presidente da Câmara Municipal a realizar igualmente uma Reunião do Executivo.-----

No dia 15 de abril a Filarmónica Aurora Pedroguesa celebrou o seu Aniversário, são 123 anos de História, de trabalho, empenho, dedicação em prol da cultura, sendo que por vezes se esquece o papel que as filarmónicas e os ranchos desempenham na sociedade. Enalteceu o esforço que a Câmara Municipal, nomeadamente o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora da Cultura têm feito no sentido de criar um Polo de Música no Concelho. É deveras importante para os nossos jovens e coletividades sendo uma componente de afirmação no nosso Concelho.-----

Recentemente o Concelho serviu de palco ao programa “Somos Portugal”. Promoveu o Concelho como destino turístico e gastronómico, foi excelente, digno, houve um senão - a Freguesia de Pedrogão Pequeno, com potencial turístico, não teve o mesmo tratamento.-----

-----**José Joaquim Mendes (PSD)**: Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IV).-----

-----**Carlos Miranda (PS):** Iniciou a sua intervenção reconhecendo que o “Festival do Maranho e do Bucho“ poderá contribuir para o desenvolvimento do Concelho. Iniciativa com enorme potencial para o desenvolvimento da economia local, alertando que este produto ainda não está certificado, outros o poderão fazer e disso beneficiar, temos que certificá-lo como “Maranho da Sertã”. Quanto à organização deveria existir mais diversidade na oferta, mais restaurantes, tasquinhas com maranho e outros petiscos regionais. Ainda a presença de Confrarias, o Festival só ficaria a ganhar. -----

- Quanto ER 238 não foi contemplada no Plano Estratégico de Estruturas definidas pelo Governo como investimentos prioritários a realizar até 2020. A Câmara Municipal tem que demonstrar que esta estrada é estratégica para o desenvolvimento da Região, tem que encontrar apoios junto da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo. Quanto ao conjunto das 28 obras enviadas para a Comunidade Médio Tejo, para efeitos de candidatura, lamentou que não tenham sido discutidas nos locais certos, onde está a democracia participativa. -----

Relativamente às escolas abandonadas utilizadas para alojamento turístico, considera que o Município se quer substituir à iniciativa privada. Por fim lamenta que no Plano surja a obra – corredor da Zona Industrial da Sertã – Faleiros, obra que não tem qualquer utilidade. -----

-----**Nuno Melo (PSD):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo V) -----

-----**Paulo Ferreira (PS):** Iniciou a sua intervenção recordando, o acidente que vitimou em 2010 dois peregrinos, sabemos que a conjuntura que o País atravessa não é a melhor, sendo difícil elaborar circuitos para peregrinos, é uma atividade sazonal, desafiou as entidades competentes a colocar placas amovíveis no sentido de desviar o trânsito, indicando os percursos seguros durante os meses de peregrinação. -----

Diligenciou junto do Senhor Presidente da Assembleia para que o expediente chegue atempadamente, para que possa ser analisado detalhadamente, se faça um bom trabalho e na impossibilidade de ir junto que seja fragmentado. -----

-----**José da Silva Nunes (PSD):** Voltou a relembrar a necessidade da construção da passagem sobre o IC8 na Senhora dos Remédios, chamou à atenção para o problema, e propõe a criação de um grupo representativo desta Assembleia Municipal para se deslocar ao local, percorrendo a pé o trajeto de modo a verificar *in loco* da urgência desta obra. -----

Aquando da passagem do programa “Somos Portugal“ visualizamos a qualidade das obras que foram feitas na margem da ribeira e na serrada onde está implantado o Busto do Dr. Rogério Marinha Lucas. O espaço está bem aproveitado, no entanto seria necessário a colocação de equipamentos de

ACTA DA REUNIÃO DE 25 / 4 / 2014

manutenção para que quem circule pelos espaços verdes, além da caminhada, pratique exercício físico. -----

-----**José Paulo Farinha (PS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VI). -----

-----**Presidente da Assembleia:** Após a intervenção colocou à votação o voto de pesar pelo falecimento do professor, advogado e político Manuel João Vieira e o voto de congratulação ao nosso conterrâneo Senhor Joaquim Patrício, por integrar as Comemorações dos Oito Séculos da Língua Portuguesa, aos quais se associaram todos os grupos municipais. -----

-----**Colocados de imediato à votação, foram aprovados por unanimidade.**-----

-----**Diamantino Pina (PSD):** Iniciou a sua intervenção felicitando a Câmara Municipal pelo programa "Somos Portugal" foi um sucesso, mostrou o que havia de bom, mostrou que temos grandes potencialidades, existiu um senão que futuramente tem que ser corrigido - a falta de venda de bebidas nas proximidades do recinto. -----

Congratulou-se com a solução encontrada no sentido de alienar o património do Centro Social de Palhais a favor do Centro Social São Nuno de Santa Maria, assumindo este a conclusão das obras, confiando que a Câmara Municipal também apoie.-----

Em dezembro o Município abraçou a iniciativa "Sertã Terra do Pinheiro de Natal" com a distribuição de pinheiros, no entanto o Concelho da Sertã tem uma Associação Florestal credenciada e entende que deve ser esta Associação a fazer o abate ordenadamente, poderá existir uma parceria.-----

Relembrou algumas obras prometidas: abastecimento de água ao Nespéral, iluminação pública, conclusão de asfalto. Recordou que com a nova lei a Câmara Municipal pode delegar competências nas Juntas de Freguesia.-----

Por fim referiu que a União de Freguesia de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais está aberta à descentralização das Assembleias Municipais.-----

-----**Álvaro Monteiro (PS):** Iniciou a sua intervenção com um muito obrigado a todos os que lhe desejaram as melhoras. -----

Apresentou os parabéns ao Senhor Presidente da Filarmónica Aurora Pedroguense pela juventude dos seus músicos. -----

Associou-se ao Senhor Deputado José Silva Nunes no que diz respeito à construção da travessia do IC8 no Mosteiro da Sra. dos Remédios, é uma obra "urgente e necessária". -----

Considerou estranho os 28 projetos expostos pela Câmara Municipal, quando se diz que não há verbas para obras, têm que se apresentar projetos válidos. -----

Para finalizar, a propósito das dívidas da água, não concordou com a forma como decorreu todo o processo, as dívidas prescreverem ao fim de seis meses. Requerendo ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que solicite ao Senhor Presidente da Câmara cópia de uma das cartas enviadas aos munícipes e ainda cópia dos protocolos celebrados com as Associações de Bombeiros do Concelho. -----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Iniciou a sua intervenção dando as boas vindas ao Senhor Deputado Álvaro Monteiro. -----

Quanto ao fecho das extensões, referiu que a ULS afirmou que a única reestruturação seria no corte das despesas básicas, todos sabemos da importância destes serviços para os utentes das freguesias. ---

Elogiou os vinhos do Albergue Bonjardim, premiados a nível internacional. -----

Lamentou que ER 238 não tenha sido incluída nas 59 obras de relevância. Aconteceu porque os responsáveis não deram importância ao documento “Relatório” executado pela Câmara Municipal, sugerindo que seja elaborado um relatório de segurança a enviar a quem de direito. -----

Por fim lembrou que várias vezes, o expediente da Assembleia Municipal foi enviado fragmentado. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Respondendo às questões que lhe foram colocadas, informou o Senhor Deputado Manuel Dias que a Câmara Municipal aceita o desafio de realizar reuniões do Executivo em Pedrogão Pequeno sempre que se justifique. Quanto ao Polo de Conservatório esperamos que seja uma realidade a curto prazo. A propósito do programa “Somos Portugal” a Câmara sugeriu locais na Freguesia de Pedrogão Pequeno. Respondendo ao Senhor Deputado Joaquim Mendes sobre o jogo de apuramento, disse que iniciativas destas merecem todo o nosso apoio, ajudou a economia local e que vamos continuar a apoiar o desporto. -----

Ao Senhor Deputado Carlos Miranda informou que o processo de certificação vai avançar com a recente criação da AProSer. -----

Quanto à ER 238 continua a ser uma das nossas preocupações, até ao final do verão saberemos quais as estradas intervencionadas, temos uma reunião agendada, na Secretaria de Estado de Infraestruturas, Transportes e Comunicações, não vamos desistir enquanto não nos forem apresentadas soluções. -----

A propósito das 28 obras do Plano Estratégico, algumas não são da responsabilidade da Câmara Municipal, mas são muito importantes para o desenvolvimento do Concelho e da Região. -----

Quanto às escolas abandonadas vão ser os privados a administrar os alojamentos turísticos. Ainda a obra – corredor da Zona Industrial da Sertã – Faleiros, não é só uma estrada mas sim o alargamento da Zona Industrial da Sertã, vamos apresentar uma candidatura. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 25/4/2014



Relativamente à passagem no IC8 da Senhora dos Remédios, assunto apresentado pelo Senhor Deputado José Nunes, enquanto as E.P. não tenham capacidade financeira é difícil incluir esta obra, mas não desistimos.-----

Concordou com o Senhor Deputado José Paulo Farinha em que a saúde local é um problema, não existem médicos suficientes. Foi aberto concurso, no entanto não apareceram concorrentes. Quanto às extensões de saúde, a desertificação humana faz com que não se justifique a despesa, a tendência é fechar serviços. A Câmara entende, mas tudo fará para que a ULS não as encerre, foi feita uma reunião com as Juntas de Freguesia envolvidas e disponibilizamo-nos a participar. -----

Respondendo ao Senhor Deputado Diamantino Pina referiu que tanto naquela localidade como nas restantes há sempre obras para fazer e não são tão rápidas como desejaríamos. Certamente vão apoiar o Centro Social de Palhais. Quanto à delegação de competências solicitadas pelo Senhor Deputado quem estiver disponível para as receber pode comunicar essa intenção.-----

O Senhor Deputado Álvaro Monteiro manifestou-se sobre a acumulação de dívidas nos serviços de água, queremos organizar, sabemos que o problema da água já se arrasta desde 2005, a situação não podia continuar. Alguns munícipes referiram que a Câmara Municipal só poderia exigir os últimos seis meses, mas vão liquidar as faturas em atraso porque consumiram a água. Louvamos estas atitudes vamos organizar os serviços - contadores em todos os lugares públicos de consumo de água, vamos apresentar uma candidatura para equipamentos. -----

Por fim referiu que o Executivo também se associa ao voto de pesar pelo falecimento do professor, advogado e político Manuel João Vieira e ao voto de congratulação ao nosso conterrâneo Senhor Joaquim Patrício.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Relembra que a Assembleia Municipal tomou a iniciativa de discutir projetos estratégicos, faz todo o sentido passarmos por uma reorganização, existe ainda muito trabalho para que os projetos possam ser definidos. Realça que o que pensa ser discutir projetos, exemplificando o do corredor da Zona Industrial da Sertã – Faleiros, devemos ter uma discussão aberta, é uma ferramenta essencial para o ordenamento do território, não pode única e simplesmente restringir-se a uma estrada a unir estas duas localizações. -----

O Senhor Deputado Paulo Ferreira mencionou os prazos do envio do expediente, sabemos que muitos assuntos só podem ser enviados após aprovação do executivo, vai diligenciar no sentido que seja enviado com antecedência a fim de ser analisado atempadamente. -----

-----**2 – PERÍODO DE “A ORDEM DO DIA”.**-----

-----**2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira.**-----

-----**António Guerra (CDS):** Quanto à ER 238 lamentou que não esteja contemplada nos Planos Estratégicos do Governo, dão prioridades às vias férreas, apostou-se demasiado em estradas quando se deveria ter apostado em requalificações. Deve-se envidar todos os esforços para que a Ascendi faça obras na ER 238, as barreiras continuam a cair colocando em perigo os transeuntes. A população de Cernache do Bonjardim e do Concelho está dependente desta estrada. A Câmara Municipal necessita prestar mais apoios a Cernache do Bonjardim, no que concerne a arranjos de passeios, caixas de esgotos entre outros. A propósito da Ponte de Vale da Ursa há quanto tempo foi feita uma vistoria? Quanto ao corredor da Zona Industrial da Sertã – Faleiros, devia sim ser substituído por um circuito de lazer para circulação de bicicletas entre Cernache do Bonjardim e Sertã. -----

Congratulou-se pelas recomendações feitas pelo Tribunal de Contas quanto às rubricas, o CDS vinha alertando há muito tempo. -----

Lastimou que a Sessão Solene Comemorativa dos 40 Anos do 25 de Abril não tenha sido realizada no Salão Nobre dos Paços do Município.-----

-----**José Paulo Farinha (PS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VI- (III)).-----

-----**Presidente da Assembleia:** Relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Paulo Farinha, na última Assembleia Municipal este assunto foi levantado, então fez questão de enviar para todos os Grupos Parlamentares o documento, considerando-o altamente importante para que todos os Senhores Deputados da Assembleia Municipal tivessem acesso para análise. O documento é claro para no futuro podemos evitar situações idênticas. A discussão foi na última Assembleia Municipal considerando por esse motivo que esta intervenção foi desajustada no conteúdo e no tempo.-----

-----**Diamantino Pina (PSD):** Congratulou-se:-----

Com a iniciativa do Município da Sertã em promover um ciclo de homenagem a Silvino Santos, pioneiro do cinema do Brasil que nasceu no Concelho da Sertã, em Cernache do Bonjardim, lamentando que a União de Freguesias não tenha sido parceira no evento. -----

Com a II Gala dos Bombeiros do Distrito de Castelo Branco, organizada pela Federação dos Bombeiros de Castelo Branco, com o apoio do Município da Sertã. -----

Ainda se congratulou com a realização da jornada técnica “A Cultura do Castanheiro”, no Auditório da Sede da Pinhal Maior, na Sertã. -----

Parabéns ao Sertanense Futebol Clube que comemorou os 80 Anos de existência. Também á organização – Selinda BTT, pelo excelente evento que realizaram.-----

ACTA DA REUNIÃO DE 25 / 4 / 2011

A propósito de uma reunião no Ministério do Ambiente com o Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, questiona qual o ponto de situação em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico de Palhais. -----

Relembra e convida os senhores deputados municipais e população, a visitarem a II Romaria de São Nuno de Santa Maria nos dias 27 e 28 de abril.-----

-----**Álvaro Monteiro (PS)**: Parabéns aos que trouxeram até nós a obra de Silvino Santos, foi um pioneiro. Parabéns ao Sertanense e a todos os que participam com a sua contribuição. Parabéns Selinda BTT, pelo excelente evento.-----

Quanto ao Dia Internacional da Mulher foi um tema atual “Maternidade e Família”, é preciso mais apoio, infelizmente não está a acontecer, as famílias estão menos numerosas.-----

Ficou sensibilizado com a Assembleia Jovem Distrital realizada na Casa da Cultura, gostaria de ver novamente dentro deste edifício, lugar da democracia uma assembleia jovem com o tema “Drogas”.

Sentiu-se vaidoso da II Gala Distrital dos Bombeiros se ter realizado no nosso Concelho, lembrou o orgulho aquando foi distinguido na I Gala, orgulho de representar os Bombeiros da Sertã. -----

Parabéns ao Município pelas iniciativas “Somos Portugal” e “Jogo de Apuramento Portugal - Grécia”. -----

Ainda sobre a ER 238 teve conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara esteve numa reunião com alguns municípios, tem que existir atitude do governo, requer cópia da documentação apresentada.-----

-----**João Carlos Almeida (PSD)**: Antes do ponto que está a ser discutido revelou-se desiludido lamentando as intervenções do deputado José Paulo Farinha. -----

Teve conhecimento de no processo estarem duas testemunhas, os senhores deputados Álvaro Monteiro e António Guerra.-----

Elogiou as várias iniciativas realizadas no Concelho da Sertã: Programa “Somos Portugal”, “Dia Internacional da Mulher”, “Selinda BTT”, “Jornada Técnica A Cultura do Castanheiro”, “Comemorações dos 80 Anos do Sertanense Futebol Clube”, “Homenagem a Silvino Santos”, sente orgulho em ser sertaginense, não são só obras, mas divulgação e promoção do Concelho.-----

-----**Presidente da Assembleia**: Informou a Assembleia que o Senhor Deputado António Guerra vai tomar a palavra para defender a sua honra.-----

-----**António Guerra (CDS)**: Referiu que não admite que o Senhor Deputado João Carlos Almeida mencione o seu nome, não fez queixa nenhuma nem foi inquirida testemunha, se possuísse ética política não estava aqui como deputado.-----

2.2 – Apreciação, discussão e votação dos “Estatutos do Centro de Inovação e Competências da Floresta” – SerQ ;-----

-----**Álvaro Monteiro (PS)**: Antes de iniciar o ponto 2.2 requer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que solicite ao Senhor Presidente da Câmara qual o total das dívidas dos arrendatários dos Bares da Carvalha e Terminal? -----

Quanto à elaboração dos estatutos fez alguns reparos nomeadamente no que diz respeito aos artigos 5º, 6º, apresentam contradições, é um documento com ilegalidades, erros de carater legal e técnicos. Gostaria que esta Associação seja um exemplo para futuras Associações. Assim solicitou que este ponto fosse retirado da Ordem de Trabalhos, ratificado e enviado com antecedência para análise. ----

-----**João Carlos Almeida (PSD)**: Tendo em conta alguns reparos do Senhor Deputado Álvaro Monteiro referiu que os estatutos podem ser alterados em qualquer momento. O importante é as obras prosseguirem, estão consignadas para construir o Centro de Inovação, vão apoiar a economia, a candidatura está aprovada. -----

-----**Presidente da Assembleia**: Considerando que teve alguma interferência no processo achou conveniente prestar alguns esclarecimentos. Quem esteve envolvido conseguiu que o processo tivesse viabilidade, pudesse chegar ao fim com as condições apresentadas, esteve envolvido nomeadamente nos estatutos sendo estes uma peça essencial de modo a que sejam garantidos direitos e interesses dos parceiros. Que tenham todas as condições para desenvolver as atividades, sendo difícil garantir que três instituições com uma longa história chegassem a acordo nos princípios gerais de funcionamento. Os estatutos regem-se por aspetos distintos: parte jurídica e questões de funcionalidade. Foram feitos à semelhança de outros, passaram pelos gabinetes da Universidade de Coimbra, Engenharia Civil e Câmara Municipal. -----

Obviamente a lei e os prazos tem que ser cumpridos, o que se pretende é uma entidade do sistema de investigação tecnológica, cada parceiro tem os seus interesses, todos têm os seus requisitos, exigências e expetativas. -----

Os estatutos são abertos a que entidades privadas ou públicas que se queiram associar o possam fazer, reconhecendo-se as três entidades como membros fundadores, mas Universidade de Coimbra e Laboratório de Engenharia Civil vão ser responsáveis principais e líderes do trabalho que será realizado. -----

Referiu que as demais entidades são bem-vindas, não na qualidade de membros fundadores, têm que estar enquadradas numa das outras figuras previstas nos estatutos, o capital é que está aberto somente aos sócios fundadores, que neste projeto condicionam a atividade do Centro e a sua gestão. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 25/4/2014

As atividades não se sobrepõem nem se vão multiplicar em relação às que já são desenvolvidas pelos parceiros fundadores. Chamando-se "Centro de Ciência da Floresta" no entanto não será só floresta-árvores mas também os produtos que podem ser retirados desta. -----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por maioria-----

----- 23 - A Favor----- 5 Abstenções----- 1- Contra-----

O Deputado José Paulo Farinha do Grupo Parlamentar do PS apresentou declaração de voto que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VII). -----

2.3 - Apreciação, discussão e votação dos "Estatutos da Associação de Produtores do Concelho da Sertã - AProSer" (proposta n.º33); -----

-----**Álvaro Monteiro (PS):** Apoiou integralmente a criação desta Associação, entendendo que a ideia básica é dar qualidade aos nossos produtos, certificá-los e levá-los ao conhecimento do País e do Estrangeiro. Esta Associação engrandecer-se - á, produzindo e colocando no mercado produtos de qualidade. Por fim fez alguns considerandos aos artigos 5º,6º - n.º2 alínea a),8º,9º,12º 17º20º e 23º, recordando que a Casa do Artesão está localizada em Regorices.-----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Esta Associação é deveras importante, vai ajudar na certificação de alguns produtos que já deviam estar certificados na nossa Região. Juntamente com a Qualifica poderão acelerar a certificação, acreditando que seja viável. Temos a Confraria do Marinho que não o divulgou. A AProSer tem que se ver no terreno, sendo uma condição - o importante é criar e que funcione. -----

-----**Carlos Miranda (PS):** Relativamente a este projeto referiu que o importante é termos produto para certificar, os produtores produzem para consumo próprio, não para vender. Tem que existir uma ação muito empenhada do Município no sentido de licenciar os produtores, para produzirem legalmente. Um ponto sensível a rever é o artigo 14º, estamos a criar marcas, esta será propriedade da Associação, porquanto o produtor não tem liberdade de usá-la como entender. -----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por unanimidade -----

2.4 - Apreciação, discussão e votação do "Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Agregados Familiares com Dificuldades Socioeconómicas" (proposta n.º51);

-----**Álvaro Monteiro (PS):** Fez alguns reparos e sugestões aos artigos 5º,8º e 11ºnº 3. -----

-----**Paulo Jorge Ferreira (PS):** Apelou ao Executivo para a possibilidade deste projeto já estar orçamentado para atribuir bolsas a alunos carenciados de modo a frequentarem o ensino superior. Deve ser devidamente divulgado no sítio da Câmara Municipal, Posto de Turismo, Escolas, Segurança Social e Paróquias. -----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por unanimidade-----

2.5 – Apreciação, discussão e votação da “Atualização do montante das taxas – Regulamento Geral de Taxas Municipais” (proposta n.º54); -----

-----**José Paulo Farinha (PS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VIII) -----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por unanimidade. -----

2.6 - Apreciação, discussão e votação da “Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial da Sertã (proposta n.º58)“. -----

-----**José Paulo Farinha (PS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IX).-----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Parabéns ao Executivo pela legalização das Zonas Industriais, desde início do mandato tem evidenciado esforços nesse sentido. Durante vários anos só houve a preocupação de alargar as Zonas Industriais, no entanto o mais importante seria a legalização das mesmas, os empresários não se podiam registar, como todos sabemos existem empresas que não têm capital próprio. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Referiu que como todos sabemos existem prioridades, neste segundo mandato o Executivo empenhar-se-á na criação de emprego e no apoio à componente social, enquanto no primeiro mandato tentámos acabar com as dívidas a fornecedores e o objetivo foi alcançado. Porquanto temos realizado algumas infraestruturas nas zonas industriais, existem pedidos de instalação, logo que possível iremos adquirir os terrenos e contataremos os empresários. No que diz respeito aos incentivos estamos a considerar reduzir o preço do m2 para 5 euros, no entanto uma empresa que não tenha condições para adquirir um terreno por este valor não terá condições para ter sucesso?.-----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por unanimidade. -----

2.7 - Apreciação, discussão e votação da “Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Cernache do Bonjardim”;-----

-----**Não participaram na apreciação, discussão e votação, a Senhora Deputada Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Horta Antunes (PSD) e o Senhor Deputado Nuno Pedro Leitão da Costa Melo (PSD), ausentando-se da sala.** -----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por unanimidade. -----

2.8 - Apreciação, discussão e votação da “Alteração ao Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia“.

-----**José Paulo Farinha (PS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo X).-----

ACTA DA REUNIÃO DE 25 / 4 / 20 14

-----Diamantino Pina (PSD): Interveio manifestando o seu agrado pela apresentação deste Regulamento, vem ao encontro da população de Cernache do Bonjardim. -----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por maioria.-----

----- 27 - A Favor----- 0- Abstenções-----1- Contra -----

O Deputado José Paulo Farinha do Grupo Parlamentar do PS apresentou declaração de voto que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XI). -----

----- Presidente da Assembleia: Informou que por motivos profissionais ausenta-se a Secretária da Mesa, a Senhora Deputada Susana Margarida Farinha convocando de imediato a Senhora Deputada Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Horta Antunes. -----

2.9 – Apreciação, discussão e votação de “Emissão de Autorização prévia relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais”; -----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por maioria.-----

----- 23 - A Favor----- 2 Abstenções-----2- Contra -----

O Deputado José Paulo Farinha do Grupo Parlamentar do PS apresentou declaração de voto que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XII). -----

2.10 - Apreciação, discussão e votação do “Relatório e Contas - 2013”;

-----Presidente da Câmara Municipal: Apresentou o Relatório e Contas de 2013 conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XIII).-----

-----José Paulo Farinha (PS): Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XIV).-----

-----João Carlos Almeida (PSD): Quanto ao Relatório e Contas já tudo foi dito pelo Senhor Presidente, no entanto a nível político todos os anos somos presenteados com a declaração de voto do Partido Socialista. Estanhando que pessoas com conhecimentos de causa falem em empolamento, falta de estratégia: para a juventude, ação social, famílias carenciadas e falta de desenvolvimento económico. O que será obra? Parque da Serrada, Convento de Santo António, Saneamento em Outeiro da Lagoa entre outras. É uma questão de reconhecimento se existe ou não trabalho. -----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por maioria.-----

----- 20 - A Favor----- 7 Abstenções-----

O Deputado José Paulo Farinha do Grupo Parlamentar do PS apresentou declaração de voto que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XV)-----

2.11 – Para conhecimento do plenário: em sequência da proposta nº 154 de 20-12-2013 aprovado em sessão da A.M. de 28-12-2011 relação de compromissos plurianuais de acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

-----3 - Período destinado ao Público:-----

-----Sr. Adelino dos Reis e Moura - Sertã - Apresentou um voto de protesto por comportamento tão insólito, hoje dia 25 de abril “porque não realizar-se uma Sessão Solene extraordinária durante o período da manhã e a Sessão Ordinária no período da tarde. Não se justificou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não interviesse”.-----

Destacou as intervenções dos representantes dos partidos e agradeceu de uma forma particular ao Senhor Deputado José Paulo Farinha por o ter mencionado como capitão de abril. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a ata da Sessão realizada no dia um de fevereiro de dois mil e catorze, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade não participando na votação os Senhores Deputados Carlos Alberto Miranda, Álvaro Fernando Carvalho Monteiro, Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Horta Antunes e Maria Gracinda Lourenço Marçal por não terem estado presentes na mesma Sessão. -----

A Sessão foi encerrada pelas 16 horas, da qual eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade, e que vai ser assinada. -----

-----O Presidente da Assembleia, Alfredo Silva

-----O Assistente Técnico, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes



Ata nº 2/2014

Anexo I

1
2
3
4
5
6
7
8



Assembleia Municipal da Sertã

SESSÃO COMEMORATIVA DO 40º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senho. Presidente da Câmara Municipal,

Senhores membros da Assembleia Municipal,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É num contexto histórico marcante que se assinala o 40.º aniversário do 25 de abril de 1974.

Por hábito e dever, recordamos a dádiva cívica que essa data significou. Devemos fazê-lo hoje também.

É verdade que a revolução foi o resultado de um descontentamento profundo e generalizado, e é ainda verdade que o período que imediatamente se lhe seguiu revelou dúvidas e divisões: cometeram-se vários excessos, nenhum deles tão nefasto como a desnecessária polarização social e irresponsabilidade económica, que adiaram por vários anos o início do verdadeiro processo de abertura, modernização e democratização do nosso país.

Porém, nada disso é o que nesta oportunidade, à distância de quase quatro décadas do 25 de abril, nos cumpre assinalar: o que é essencial é que a vida em liberdade e democracia, apesar da sua extraordinária complexidade, é um bem absoluto de que não queremos abdicar.

É fácil, contudo, que, numa democracia madura e consolidada, confiante e segura, a defesa da liberdade resvale para uma celebração abstrata e repetitiva. Só assim não será se assumirmos a obrigação de discutirmos sempre o que pretendemos de concreto com essa liberdade de que somos depositários.



A liberdade é um exercício dinâmico, permanente, e do 25 de abril não saiu um conceito fechado. Ela não serve para benefício dos que fizeram a Revolução, mas de todos os portugueses, quer os que dela foram contemporâneos, quer os que lhes sucederam e sucederão.

Cada circunstância histórica tem os seus desafios e os seus problemas, que exigem soluções próprias. É dever de cada geração fazer um uso da liberdade que responda ao seu tempo, sem ficar presa às discussões e aos preconceitos do passado.

Percorremos já desde o 25 de abril quase tanto tempo quanto o que durou o Estado Novo e vivemos num mundo decisivamente distinto do dos anos 70.

As esquerdas e as direitas de 2012 não podem pensar como as de então. O respeito e a coerência com os princípios e o espírito da mudança de há quatro décadas não significam uma adesão “cega” aos temas e aos termos da discussão política desse tempo.

Somos, por vezes, confrontados com manifestações vindas de quem viveu e protagonizou a rutura de 1974, de desagrado com o rumo das opções políticas presentes. Dizem-nos, como se falassem ainda ao abrigo de uma difusa legitimidade revolucionária, que não foi para certas opções dos portugueses de hoje que se fez o 25 de abril.

Mas a liberdade, por natureza e definição, não tem proprietários. E a democracia, por razão de ser, não tem amos nem príncipes. **O ÚNICO SOBERANO É E SERÁ SEMPRE O POVO.**

Aqueles que se desiludem e ofendem com o uso que os portugueses fazem da liberdade que lhes foi legada desrespeitam o alcance da sua própria conquista. E cometem o erro da soberba: uma soberba intelectual, cultural e geracional que é, ela sim, a negação da liberdade e da democracia.



Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara e Senhores deputados,

Que fique claro, o 25 de abril tem autores mas não tem donos. Permite leituras mas não permite chantagens. Fez-se pela liberdade de todos e não para o pensamento único. Tem memórias mas não deve ter manipulações.

Quem dá certificados para cada um de nós estar aqui é o povo soberano, não uma associação ou um político em especial.

Pois, tal como no 25 de abril, também hoje vivemos tempos de mudança e este não deve ser um tempo de divergências, venham elas de onde vierem, mas um tempo de consensos. Os nossos adversários não estão na esquerda ou na direita, mas nos fatores que nos amarram à crise.

É tempo de encontrar soluções, de dar esperança, e de criar oportunidades.

E avaliar as ideias dos últimos 40 anos não implica querer voltar ao passado; significa, bem pelo contrário, querer responder ao presente e construir o futuro. E a verdade é que existem factos históricos incontornáveis e indesmentíveis que necessitam de uma aturada reflexão por parte de todos nós: em 40 anos de democracia Portugal esteve à beira da bancarrota e sofreu três intervenções externas de auxílio financeiro – em 1978, em 1983 e em 2011.

Em 40 anos de democracia, Portugal nunca deixou de ter um problema sério nas suas contas públicas, *deficit* atrás de *deficit*, os orçamentos de Estado são irreais, portanto, não são cumpridos, e necessitam de revisões constantes. As autarquias, muitas delas, por mimetismo e propaganda constantes, seguem o mesmo caminho e os objectivos que conduziram à autonomia do poder local, essa grande conquista de Abril, foram desvirtuados.

E eis que chegámos até aqui.

Vivemos num País em que a iniciativa económica e o emprego estão agora sair da crise, e o Estado sob ajuda financeira externa, com a consequente diminuição da soberania das nossas instituições e, portanto, da nossa liberdade enquanto nação independente.

Esta situação obrigou-nos, no imediato, à adoção de medidas de exceção, mas impões também a reorganização do funcionamento do Estado, a hierarquia das suas prioridades e a sua relação com a sociedade.

Os próximos anos vão requerer um esforço decisivo de concertação e de consensos sobre a atividade do Estado, no desempenho de funções essenciais que não possam, ou não devam, ser levadas a cabo pelos particulares, e de orientação dos seus recursos para os que deles mais necessitam. Uma verdadeira sensibilidade social.

Se bem aprendermos as lições deste período de emergência, então dotaremos Portugal de um Estado mais eficaz, mais justo, menos refém das conveniências de grupos específicos, mais interessado em não atrapalhar a economia do que em dirigi-la e dela se servir, e um País mais empenhado em produzir riqueza do que em gastar o que não tem.

Este é um tempo em que os portugueses vivem grandes dificuldades que não podemos “mascarar” e que temos que assumir como sendo de todos nós.

Somos um povo que encara “olhos nos olhos” as dificuldades, e foi sempre nestas ocasiões que Portugal encontrou oportunidades, que liderou mudanças no mundo, que se fundou como nação e que alumiou novos caminhos.

E assim foi porque nunca se confinou a qualquer tipo de fronteiras. Estas foram sempre aquelas onde a bravura da nossa gente nos quis levar, mesmo contra aqueles que desconfiavam da nossa capacidade de vencer as adversidades.

Os “velhos do Restelo” de um lado, e os “Adamastores” do outro, assumindo, antes e agora, designações menos metafóricas, nunca foram para nós obstáculo, mas antes motivação extra para provarmos que a natureza de um povo não se mede na sua dimensão geográfica.

De facto, quando parecia que não havia alternativa para a nossa gente, que não cingir-se ao pedaço de terra onde lhes era permitido nascer e morrer, foi quando o Portugal profundo, que trocou a madeira do cabo da enxada pela madeira do remo ou do leme na galé, se fez a outros mundos e com eles firmou uma cultura multirracial de iguais.



É tempo de nos voltarmos a encontrar com esta tão nossa capacidade histórica de nos relacionarmos uns com os outros e com outros, para com eles ultrapassar as dificuldades que nos constroem, e de nos assumirmos como interlocutores privilegiados de povos.

Porque a história destas quatro décadas é também a história da dissipação progressiva dos preconceitos mútuos que há 40 anos pareciam inultrapassáveis, depois do sempre complexo processo da independência e da descolonização.

É verdade que sofremos todos, mas ainda assim não evita que possamos dizer, com particular satisfação, que **estamos juntos**.

Não há hoje, entre Portugal e os países que outrora foram suas colónias, outro tipo de relação que não tenha as características das relações entre nações soberanas e independentes. Mas não há também, felizmente, qualquer impedimento – político, ideológico ou psicológico – ao reconhecimento de uma história conjunta e de uma memória partilhada, audível e visivelmente comprovadas por uma língua comum.

A nossa visão do mundo já mostrou as suas virtudes: foi ela que fez com que um país pequeno da Europa se projetasse para além desta. Pelo que terá que ser com base nas mesmas forças, nos mesmos pressupostos, nas mesmas qualidades que deveremos encontrar caminhos.

Portugal não pode ficar refém de incertezas quanto aos caminhos que tem que percorrer, sob pena de se enlear nas dúvidas que consecutivamente se nos depararão fruto de hesitações ou tibiezas que advêm da inação. Nunca como hoje foi tão necessária coragem reformista.

Isto não quer dizer, naturalmente, que os nossos combates não sejam ponderados. **O que não nos pode faltar é a audácia que sempre nos assistiu.**

É a ténpera com que nos afirmamos, é o carácter em que nos moldamos.



Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Deputados,

Em resumo, os desafios de Portugal serão sempre superados por todos nós, conscientes da sua existência e que o esforço a fazer é exigível a todos, na certeza de que as vantagens serão também repartidas por todos.

Assim cada um saiba com o que contribuir para ultrapassar os obstáculos que se nos deparam.

Importa convocar os portugueses para um projeto comum, aproveitando as nossas particularidades, mas não esquecendo que nos encontramos num mundo global.

Portugal tem de se representar naquilo que tem de melhor, valorizando o que é seu, conservando a sua identidade, mas também criando uma marca externa de dinamismo, impondo-se como país de gente empreendedora, sem medo de falhar, sem complexos de qualquer ordem, assentando o seu futuro no esforço, no rigor e no trabalho.

Pois, a nossa solidariedade sempre uniu,

A nossa coragem sempre nos incitou,

E a nossa índole fará com que Portugal se renove.

Viva Portugal!

Ata nº 2/2014

Anexo II



40 ANOS - 25 DE ABRIL

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

"Por mais factos que a imaginação humana invente, a memória, boa ou má, não se apaga pelo simples estalar dos dedos".

Sendo uma das nossas lutas impedir o esquecimento, é inadmissível que a comemoração dos quarenta anos de Abril seja recordada na nossa Assembleia Municipal, com um simples ponto no "Período de Antes da Ordem do Dia".

Qualquer democrata tem especial carinho pelas efemérides a ocorrer durante a presente semana - 25 de Abril e 1º. de Maio - porém, alguma direita detesta este período porque se comemoram dois marcantes factos históricos.

Rememoramos aos mais distraídos, que se vivemos em democracia é graças à perseverança da esquerda democrática, luta que culmina em 25 de Abril de 1974, com a recuperação da honra perdida.

Desta tribuna, queremos saudar todos os trabalhadores portugueses que desde 1889, homenageiam cinco dirigentes operários americanos de Chicago, que foram condenados e executados em consequência de terem organizado uma greve geral, precisamente no dia 1 de Maio de 1886.

Quarenta anos após se ter esfumado o medo e devolvida a liberdade, queremos vitoriar o Capitão de Abril que temos a felicidade de se encontrar entre nós desempenhando funções autárquicas - o Coronel Adelino Reis e Moura - e todos os militares e democratas portugueses que directa ou indirectamente, contribuíram para que hoje possamos, livremente, debater problemas que a todos interessam.

Nunca é demais invocar o 25 de Abril, com paz, com solidariedade, com a participação das pessoas na condução dos destinos da sociedade como uma forma de co-responsabilização de cada uma delas por seus destinos.

Esta alegria comemorativa, porém não pode ser enfraquecida pela atitude de indefinição e hesitação de alguns com funções de responsabilidade que tentam diminuir esta data com o inaceitável objectivo de não querer recordar que há quarenta anos, Portugal e os portugueses sacudiram o cinzentismo de quarenta e seis anos de ditadura, retomaram os caminhos da liberdade, recuperaram o direito à palavra, à reunião e aos direitos sonegados, acabaram com uma guerra desencadeada contra o sentido da História e reaprenderam a construir colectivamente o destino da Pátria.

Registe-se por tudo isto, o triste episódio de não ter sido dada a solenidade devida à comemoração dos quarenta anos do 25 de Abril, porque a efeméride merecia mais do que esta simples abordagem em sessão ordinária de Assembleia Municipal.



Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Desde que comecei a ter percepção do que me rodeava, sempre tive esperança de viver o momento que o poeta almejava: "Não hei-de morrer sem saber / qual a cor da liberdade".

Na história da Humanidade houve dias que valeram muitas centenas de anos e muitos anos que não valeram um desses dias.

Porém, um desses dias foi 25 de Abril de 1974.

"Vi-o nascer, e quando nasceu, disse, e ouviu-o quem quis, quem soube ou quem pôde, que se quiséssemos, nunca mais nenhum de nós ficaria só.

Veio para apagar a nossa vergonha de tanto tempo, para nos tirar da espera, tanto mais insuportável quanto já era renegada, e tão pouco esperada.

Deu-nos a esperança, a alegria e o susto.

Sem reservas, sem cansaço, posto que a carga dos quarenta anos seja por vezes difícil de suportar, e algumas vezes, olhando o que de dele, alguns, quiseram fazer, pensamos que tudo está perdido.

Mas só às vezes".

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Se a efeméride que se assinala é motivo de comemoração, deve ser também de profunda reflexão.

Reflexão sobre as metas ainda não alcançadas, sobre o que na nossa vivência colectiva falta aperfeiçoar, corrigir, concluir.

Olhando o caminho percorrido desde há quarenta anos, relevam-se, entre outros, os seguintes factos marcantes: a liberdade de ser, pensar e falar diferente que se tornou tão comum, que já nem damos por isso; a adesão à Europa; a maneira como nos adaptou a uma sociedade em sucessiva transformação e cada vez mais culturalmente diversa, as transformações que introduziu ao direito à educação, à saúde e, as não menos importantes, no poder local democrático.

Reconheça-se, contudo, que nem tudo correu da melhor maneira.

Houve e há dificuldades.

Mas os erros também nos ajudam a crescer.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Antes de abordar o que futuro nos reservará, comecemos pela crise que atravessamos e de que tentamos sair.

Nunca será demais recordar que caímos nela, porque nos compenetrámos, ou nos convenceram, que os nossos heróis já não eram os pensadores, os filósofos, os artistas e os poetas, mas as pessoas que eram ricas.

Por seu lado, o mundo financeiro sempre centrado no lucro e na ganância, acreditou não haver limites para fazer aumentar o seu capital.



O resultado é conhecido de todos: o povo pagou e está a pagar o preço dessa ambição, salvando-se aqueles, sempre os mesmos, que criaram o problema.

Daí, solicitar-vos que nos esforcemos a edificar um estado de espírito no qual nos sintamos solidários e mobilizados para tarefas comuns, onde a animosidade possa ser esbatida, o ressentimento transformado em energia positiva e que, em conjunto, alcancemos as condições para que Portugal, e concomitantemente o nosso Concelho, possam enfrentar com sucesso as novas fronteiras do desenvolvimento sustentado.

Gostaria que nos próximos vinte anos, a sociedade que idealizámos na "madrugada que tanto esperava e de onde emergimos da noite e do silêncio" desse a todos a oportunidade de desenvolver as suas capacidades.

Gostaríamos de legar aos nossos vindouros, uma sociedade centrada na dignidade humana onde seja fundamental a liberdade de espírito e de opinião, a salvaguarda das diferenças e do pluralismo, da liberdade e da responsabilidade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Feita esta introdução, convido-vos a discorrer sobre que futuro para Portugal e para o Concelho da Sertã?

Socorrendo-me, uma vez mais, do nosso concidadão Padre Manuel Antunes, que no seu ensaio, "Que Democracia para Portugal", escrito há quarenta anos, questionava:

"Que quer Portugal?

Que quer o Povo português?

Que queremos nós?

Queremos realmente uma comunidade nova, uma sociedade nova, um estilo de vida novo em que certos defeitos mais graves, certas carências mais significativas ou certas características mais negativas da nossa existência comunitária sejam modificados...

Que espécie de sociedade desejamos?

Uma sociedade consciente da humanidade de todos ..., em geral, e da unicidade de cada um ..., em particular.

Uma sociedade em que não se maximize o lucro nem se sacralize o poder.

Uma sociedade em que o poder seja, realmente, exercido pelo povo e não sobre o povo.

Uma sociedade em que a tradição e a inovação saibam dar as mãos na/e para a efectividade de um destino comum que pode alterar-se mas não regenerar-se.

Uma sociedade em que a competição dê lugar principal à competência e em que o saber, o saber fazer e o saber viver se conjuguem no modo do presente a abrir para o modo do futuro.

Uma sociedade em que o capital-esperança não corra o risco de ser desperdiçado como tantas vezes na nossa história.

Uma sociedade que saiba unir-se em torno do projecto das quatro grandes modernizações necessárias: a modernização (sensatamente ecológica) da agricultura; a modernização da ciência e da tecnologia tendo em conta o potencial criativo nacional; a modernização da economia a partir, basicamente, dos recursos próprios tantas vezes não ou mal aproveitados; a modernização da educação e da cultura a comandar todas as demais.

Uma sociedade em que sejam percorridas – e vividas – as quatro grandes vias da realidade política: o conhecimento político, a capacidade do agir político, convicções básicas, e carácter, principalmente, carácter.

Utopia esta sociedade dos nossos desejos e aspirações?

Talvez, em parte.

Mas, sem um mínimo de utopia, as sociedades humanas em geral, e a sociedade portuguesa em particular, ou caem na greve dos braços caídos, ou entram pelo labirinto de todos os maquiavelismos e oportunismos, ou, mais grave ainda, sentam-se à beira-nada, esperando, num desespero tranquilo, a própria morte."

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Um apelo aos jovens sertaginenses: não se deixem vergar pela prepotência, nem nunca deixem de honrar a justiça e, se preciso for, lutem pelo valor da liberdade.

Virgílio Ferreira escreveu: "ser livre é bom, mas não ter chatices é melhor, e a liberdade tem imensas".

Quarenta anos depois de Abril, espero que vocês jovens, como eu, como nós mais velhos, prefiram ter chatices e lutem, por exemplo, por criar uma sociedade em que a cidadania seja uma realidade plena e não mera ficção e contra uma sociedade não cindida escandalosamente em duas: a da miséria e a do consumo.

Nasci, quando a paz, no fim da segunda guerra mundial, dava os primeiros passos.

Infelizmente, ou ditosamente, a quase maioria daqueles que hoje governam Portugal não viveu os tempos de fome e desesperança que duraram mais de quarenta anos de Estado Novo.

Jamais poderei esquecer esse tempo, em que a quarta classe da instrução primária era a ambição máxima para a maioria dos jovens, em que as pessoas trabalhavam de sol a sol, envelheciam depressa e morriam sem qualquer assistência.

Por isso solicito-vos o prosseguimento da luta por uma democracia que tenha única e exclusivamente como lema a realização do bem comum e o desenvolvimento de Portugal, e do nosso Concelho, em particular.

Imbuídos deste espírito, vamos festejar os quarenta anos do 25 de Abril, tendo presente que comemorar Abril é resistir, é continuar a lutar, é persistir nos seus valores e ideais de transformação e mudança.



Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Termino, chamando a atenção para o dever de nos mantermos vigilantes para as fragilidades e incertezas que ameaçam a liberdade e o bem comum.

Nunca haverá garantias de perpetuação da democracia sem uma vontade clara e a mobilização efectiva de todos.

Vivamos, pois, esta efeméride, porque honrar Abril é reconquistar a liberdade com esperança no futuro.

Esperança numa sociedade mais equilibrada e justa, com melhores oportunidades para todos, onde os nossos vindouros continuem a ter orgulho de dizer – eu sou português.

Viva o 25 de Abril.

Sempre!

José Paulo Barata Farinha

14.04.25

Ata nº 2/2014

Anexo III

ANEXO



Senhor Presidente da Assembleia

Senhores Membros da Mesa

Senhores Deputados

Senhor Presidente da Câmara

Senhores Vereadores

Minhas Senhores e Meus Senhores

Onde estavam no 25 de Abril? Muitos de vós, sei-o bem, não estavam em lado nenhum, o que constitui um excelente sinal de renovação desta Casa da Democracia Local. Eu sei onde estava. Naquela quinta-feira luminosa, por esta hora, um professor barbudo que escutava ansiosamente a rádio já nos tinha enviado para casa. Aí soube que o PIDE do segundo direito tinha saído apressadamente às 3 da manhã, para nunca mais ser visto. No final desse dia, soube-se que era o Spínola. E que havia três D's que iam marcar a nossa vida. Estes são momentos preciosos: os momentos em que se faz renascer a esperança de um povo com três palavras.

O D de descolonização fez com que a minha Mãe dissesse, feliz, "os meus filhos já não vão à guerra". Lembro-me como se fosse hoje. Eu tinha 10 anos, só 10 anos. E tudo seria diferente. Diferente também para aqueles que retornaram e que, apesar de todas as dificuldades e injustiças, se integraram.

O D de democracia levou-nos para a rua. Assisti, em Algés, ao 11 de março: os Fiats em voo rasante a atacar Monsanto e as rajadas das anti-aéreas a ripostar. Eu estava lá. Tal como estive na manifestação do jornal República. E também furei, com o meu Pai, o cerco à Assembleia Constituinte. Em dias como esses não podíamos ficar em casa. Tinha 11 anos, só 11 anos, e aprendi o que é o dia seguinte de uma revolução. Eram tempos em que todos sentiram a urgência de participar.

O D de desenvolvimento trouxe-nos até aqui onde estamos. Muito melhor do que em 1974. Muito melhor. Um país como os outros, integrado na Europa. Melhor na saúde. Melhor na educação. Melhor na ciência. Melhor nas infraestruturas. Um País com um verdadeiro poder local, autónomo e promotor de desenvolvimento. Este poder local, temos aqui o dever de o vincar, é uma das grandes conquistas de Abril. Aliás, quando se critica a passividade dos portugueses esquece-se com demasiada facilidade que, de 4 em 4 anos, nas eleições autárquicas, cerca de quinhentos mil portugueses dão a cara como candidatos. Um regime que fomenta este nível de participação, envolvendo 5% da população, está bem vivo e pode afinal de contas regenerar-se.

Estamos melhor, muito melhor, é certo. Mas fomos longe demais, prometendo o que não podia ser prometido. Prometendo o que não foi cumprido. A democracia, com as suas promessas, gastou todas as palavras, não ligando ao aviso premonitório que brotou da pena de Sophia de Mello Breyner logo em 74:

"É preciso saber que a palavra é sagrada,

Que de muito longe um povo a trouxe,

E nela pôs a sua alma."



A palavra sagrada foi quebrada. E fez-se de súbito verdade sobre a Coisa Pública e sobre as contas do Estado, comprometendo a esperança. Hoje vive-se com a incerteza. Os idosos querem saber das suas pensões. Os trabalhadores querem saber dos seus empregos. As famílias querem saber por que lhes custa tanto criar os filhos e cuidar dos avós. Os jovens querem saber por que têm de deixar o seu País para recuperar a esperança. E, sobretudo, todos os que ainda não nasceram e ainda não podem fazer perguntas quererão um dia saber por que lhes vamos deixar em herança uma canga tão pesada. A próxima geração, a geração dos meus filhos, não nos perdoará se tiver de tomar as decisões que nós hoje resistimos a tomar.

Na verdade, concluímos quarenta anos depois, não há nada mais duro do que a aprendizagem da liberdade. Nela, nós descobrimos que somos responsáveis. Somos responsáveis pelo que nos acontece. E somos responsáveis pelo que deixamos como legado. Por isto, por tudo isto, deixem-me dizer-vos que não encontro melhor símbolo do regime sonhado em Abril do que um Presidente de Câmara ou um Presidente de Junta que planta árvores. Que não soma dívida à dívida e que planta árvores. Árvores de grande porte. Árvores que demorarão anos a crescer, décadas até desenvolverem as suas sombras. Essas sombras serão boas, serão apazíveis. Os autarcas que plantam árvores sabem que nenhum dos seus eleitores se sentará à sombra das suas folhas. Mas também sabem que, muitos anos depois, nessa sombra brincarão crianças felizes. Estas são as decisões que têm de ser tomadas hoje para dar esperança no futuro.

As comemorações, como a que hoje nos reúne, revelam que o passado está vivo em nós. Não porque o recordamos, mas porque nele nos inspiramos. Por isso, este aroma de Abril também demonstra que está em nós, em todos nós, a capacidade de começar de novo todos os dias. Haja esperança! Acima de tudo, haja esperança! Eu acredito que há razões para ter esperança. Enquanto árvores forem plantadas há esperança.

Ata nº 2/2014

Anexo IV

BOM DIA!

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHORES SECRETÁRIOS.

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SENHORES VAREADORES, CAROS COLEGAS

CUMUNICAÇÃO SOCIAL, EXELENTESSIMO PÚBLICO.

VENHO ENALTECER O EVENTO DESPORTIVO QUE ESTE MUNICÍPIO SE EMPENHOU NO PASSADO DIA 9 DESTE MÊS.

A VILA DA SERTÃO RECEBEU O JOGO DE FUTEBOL FEMENINO, PORTUGAL- GRÉCIA , SELEÇÃO NACIONAL FEMENINA A, JOGO DE QUALIFICAÇÃO PARA O CAMPEONATO DO MUNDO FIFA CANADÁ 2015, JOGO REALIZADO NO CAMPO DE JOGOS DR. MARQUES DOS SANTOS NA SERTÃO.

ESTA SELEÇÃO APROVEITOU PARA REALIZAR UM ESTÁGIO ANTES DO JOGO ENTRE OS DIAS 3 E 9 DE ABRIL, NO ESTÁDIO MUNICIPAL NUNO ALVARES EM CERNACHE DO BONJARDIM ESTE ESTAGIO ERA PARA SER FEITO NOUTRO LOCAL DO PAÍS MAS DEVIDO COMO A DELEGAÇÃO FOI RECEBIDA PELAS GENTES DA SERTÃO OPTARAM POR FICAR POR CÁ.

O NOTÁVEL É QUE ESTE EVENTO TROXEU À SERTÃO +DE 1800 PESSOAS E A DIVULGAÇÃO EM RÁDIOS E JORNAIS NACIONAIS E TV.

A DELEGAÇÃO DA FIFA E FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL, DEMOSTRARAM GRANDE SATISFAÇÃO COM AS CONDIÇÕES E A MANEIRA COMO FORAM RECEBIDOS O QUE LEVA A CRÊR QUE VÃO TER INTERESSE EM TRAZER MAIS EVENTOS DESTA NATUREZA PARA PROMOVER O NOSSO CONCELHO NO FUTURO. GOSTARIA DE VER DENTRO DO POSSÍVEL MAIS EVENTOS DESTE MUNICÍPIO COM ESTES TAMBÉM É MELHORADA OS RECINTOS DESPORTIVOS DO NOSSO CONCELHO E COM ESTE FORAM FEITAS MELHORIAS NO CAMPO DE JOGOS DR. MARQUES DOS SANTOS NA SERTÃO,

VOU TERMINAR COM UMA FRASE DE AYRTON SENA

NO QUE DIZ RESPEITO AO EMPENHO, AO COMPROMISSO AO ESFORÇO E À DEDICAÇÃO, NÃO EXISTE Meio-termo, OU VOCÊ FAZ UMA COISA BEM FEITA OU NÃO FAZ NADA.....

Ata nº 2/2014

Anexo V



Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Secretári(a)os,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Vereador(a)es,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Deputad(a)os,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. da Comunicação Social,

Ex.mo Público,

Gostaria de começar por neste dia especial para Portugal por evidenciar e agradecer a todos os que se esforçaram e com os seus actos permitiram que hoje possa aqui falar livremente.

Como já devem estar à espera e tendo em atenção os acontecimentos recentes venho falar da ER238.

Nos últimos meses, a ER238 esteve em destaque por motivos negativos que poderiam ser bem mais dramáticos, as 2 derrocadas em troços distintos que obrigaram ao corte do trânsito por um largo período com os respectivos custos económicos e sociais que daí advieram.

Estes acontecimentos evidenciam e “colocam a nu” as fragilidades e os riscos para as pessoas que circulam actualmente nesta estrada que deveria ser estruturante para a região.

Se aquando qualquer uma das derrocadas estivesse envolvida uma ou mais viaturas por certo as consequências seriam bem mais dramáticas e existia a forte possibilidade de perda de vidas humanas. Recordo o exemplo da tragédia de Entre-os-Rios.

Uma observação mais atenta ao troço da ER238 entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere permite concluir que existem várias zonas semelhantes àquelas onde existiram as derrocadas, sendo vários os locais onde uma futura tragédia poderá ocorrer. Inclusive mais recentemente e depois da reabertura da via já existiu mais uma nova derrocada que provocou condicionamentos no tráfego e que poderia também ela ter originado vítimas humanas.

Novas derrocadas vão certamente ocorrer, a questão é quando e até que ponto a tragédia de Entre-os-Rios se pode repetir na ER238 apesar de todos os avisos que entretanto existiram. Quem será ética e socialmente culpado se e quando a tragédia ocorrer?

Também no âmbito das Infra-Estruturas, foi recentemente divulgada pelo Governo a lista final de Infra-Estruturas a realizar onde não está contemplada a ER238. Classificando o troço da ER238 entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere de acordo com os fatores de avaliação do grupo de trabalho que promoveu esta lista final, podemos concluir que a ER238 obteria uma classificação que a colocaria entre as prioridades. A não inclusão ocorreu simplesmente porque a ER238 nem avaliada foi, mesmo tendo condições e pontuação para ser



uma das prioridades. Ao invés, existirá um investimento massivo em infra-estruturas ferroviárias para o transporte das mercadorias do litoral.

Ironicamente, a decisão é anunciada pouco antes de a Autoeuropa, uma das principais fábricas e empresas exportadoras em Portugal, decidir efetuar o transporte das suas mercadorias pela rodovia em detrimento da ferrovia (quando dispõe de uma via ferroviária recente e moderna à sua disposição) devido aos custos inferiores do transporte rodoviário.

Alem disso, os elevadíssimos prejuízos contínuos da CP e da Refer também indicam que os custos de manutenção da ferrovia são verdadeiros elefantes brancos.

Ao invés se todas as receitas directamente associadas ao transporte rodoviário, incluído o Imposto Automóvel e o Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos, fossem receitas para a Estradas de Portugal, por certo o seu lucro seria elevadíssimo.

Isto é, o Estado Português ganha muito mais com a Rodovia do que com a Ferrovia e se se efectuasse um estudo económico isento estou em crer que a remodelação da ER238 entre Cernache do Bonjardim e Ferreira do Zêzere é a médio/longo prazo economicamente mais viável do que a grande maioria das infra-estruturas ferroviárias que estão seleccionadas.

Gostaria de resumir salientando:

- A existência de risco de perda de vidas humanas devido ao estado geral actual da ER238, já comprovado pelas diversas derrocadas que têm ocorrido (e vão certamente continuar a ocorrer) e pela tragédia de Entre-os-Rios;

e

- O troço da ER238 Cernache do Bonjardim/Ferreira do Zêzere de acordo com os critérios de selecção do GT-IEVA teria uma pontuação elevada e devia ter sido um dos projectos seleccionados. Também economicamente, a ER238 deverá ser mais viável que a maioria das infra-estruturas ferroviárias em que se pretende investir;

Agradeço a atenção dispensada,

Nuno Melo

Ata nº 2/2014

Anexo VI

INTERESSE MUNICIPAL

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

I - Permitam-me, recordar as palavras de um grande filósofo:

"O mais provável é que na Vida nada tenha importância a não ser a vida, com a sua Morte inclusa, claro está; nela, porém, tudo tem importância, independentemente dos sinais de positivo ou negativo que nós lhe juntemos, na nossa ignorância ou esquecimento de que, no fundo, nada tem sinal algum."

No passado dia 27 de Janeiro, o Instituto Vaz Serra, Cernache do Bonjardim e o Concelho da Sertã ficaram mais pobres.

A data mencionada está relacionada com a perda de um grande pedagogo, professor, advogado e político – Manuel João Vieira – um nome incontornável na vida académica, política e social do nosso Distrito.

Nasceu a 20 de Fevereiro de 1926, em Monte Margarida, Concelho da Guarda.

Licenciou-se em Filosofia na Universidade Pontifícia de Salamanca e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Professor de Filosofia e Português no Instituto Vaz Serra, onde tive a honra de ser seu aluno e através de si ter os primeiros contactos com os princípios da democracia e, também, de sentir como era difícil a disciplina de Português.

A partir de 1967 dedica-se exclusivamente à advocacia, tendo sido durante quinze anos Presidente da Delegação da Ordem dos Advogados na Comarca de Castelo Branco.

Como político, antes da Revolução de Abril, foi candidato pela oposição democrática do Distrito de Castelo Branco, a Deputado à Assembleia Nacional.

Após o 25 de Abril, além de ter sido o primeiro Presidente da Assembleia Municipal de Castelo Branco, voltando a presidir a este órgão no mandato iniciado em 1997, foi eleito Deputado à Assembleia Constituinte em 1975, pelo Partido Socialista, em representação do Distrito de Castelo Branco, participando na redacção da Constituição da República que entrou em vigor em 1976, tendo tido a responsabilidade de redigir o capítulo intitulado "Dos Tribunais".

Deixou-nos um Homem despretenso, irónico, solidário e um lutador da liberdade.

A sua morte representa uma grande perda para todos aqueles que tiveram o privilégio de o conhecer e com ele contactar.

Homenageemos singelamente o homem, o profissional e o político que deixou como legado uma vida de participação cívica, de nobreza de carácter, de verticalidade e de generosidade, qualidades que podem e devem ser apontadas às gerações futuras como um exemplo.

Com a sua morte a democracia ficou mais pobre.



A Assembleia Municipal da Sertã não pode ficar indiferente ao desaparecimento do Dr. Manuel João Vieira, propondo a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, assim como a ousadia de solicitar ao Senhor Presidente da União de Juntas de Freguesia de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais, que na próxima revisão toponímica de Cernache do Bonjardim seja atribuído o seu nome a uma das suas artérias viárias, porquanto esta Vila teve sempre um lugar muito especial no seu coração.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

II - Na última sessão alertei para o facto de ter sido indicado para o Conselho Local de Acção Social, como representante das Juntas de Freguesia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Troviscal, quando temos actualmente, entre os dez eleitos Presidentes de Junta, duas Senhoras, o que aconselhava que tivesse sido uma delas a indicada para o desempenho dessa incumbência, considerando que pela sua formação académica, essa escolha devia ter recaído na Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Várzea dos Cavaleiros, Dra. Maria Gracinda Marçal.

Ora sobre esta sugestão, o Agrupamento do PSD neste "fórum" nada acrescentou, continuando à aguardar por uma resposta dessa bancada, esperando que o bom senso e o sentido de responsabilidade das funções em que estamos investidos se sobreponham à cor partidária.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

III - No que respeita ao "Processo Administrativo nº. 03/12, de 7 de Janeiro de 2014, na última sessão da Assembleia tentou-se minorizar o seu despacho de arquivamento, para não referir que se tentou branquear o procedimento do Senhor Deputado Municipal João Carlos da Silva Almeida.

Baseando-nos, exclusivamente, no despacho proferido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, relevam-se os seguintes factos:

1 - Em sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 30.04.2012, foi aprovada, por maioria de 32 votos a favor e 2 votos contra, a declaração de "interesse concelhio" da alteração de um pavilhão de apoio à exploração agrícola para oficina auto.

2 - Nesta votação participou o Deputado Municipal João Carlos da Silva Almeida, o qual foi o autor dos projectos de arquitectura e especialidade que integram o processo de obras nº. 17/2011, sendo o mesmo sobrinho do requerente da pretensão urbanística, Carlos da Silva Alves.

3 – Relativamente à questão se ocorreu impedimento gerador de perda de mandato, lê-se: “nenhum titular de órgão ou agente da Administração Pública pode intervir em procedimento administrativo ou em acto ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública nos casos seguintes:

a) Quando nele tenha interesse, por si, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa;

b) Quando, por si ou como representante de outra pessoa, nele tenha interesse o seu cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum”.

4 – Foi de igual modo relevado o disposto no artigo 4º da Lei nº. 29/87, de 30 de Junho, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 52-A/2005, de 10 de Outubro (Estatuto dos Eleitos Locais):

a) - No exercício das suas funções, os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios, nomeadamente, em matéria de prossecução do interesse público: “não intervir em processo administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado, nem participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa...”, ou em que tenha interesse ou intervenção em idênticas qualidades o seu cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum”.

5 – Ficou provado que “porém, a sua participação na discussão e votação do referido ponto da ordem de trabalhos, consubstancia uma intervenção em acto para o qual estava legalmente impedido, nos termos das acima aludidas disposições legais, uma vez que é autor dos projectos de arquitectura e especialidade que instruem o processo de obras nº. 17/2011, relativo à construção objecto de discussão e votação, tendo assim nele interesse”.

6 – Daí que, “a intervenção em procedimento administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado relativamente ao qual se verifique impedimento legal – como é o caso – faz incorrer em pena de perda de mandato o membro do órgão autárquico que tenha tido tal intervenção no exercício das suas funções ou por causa delas, contanto que o faça visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem”.

7 – Concluindo, para que não fique qualquer dúvida, o Senhor Deputado Municipal João Carlos da Silva Almeida, só não perde o mandato no decurso do mandato em exercício, porque os factos ocorreram no mandato imediatamente anterior ao actual e foram verificados no decurso desse, e só não perdeu o mandato no exercício anterior porque, infelizmente, a justiça em Portugal na maioria dos casos é muito lenta.



Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

IV - Quem vive no Interior sabe que esta zona está a morrer, assim como qualquer pessoa de bem tem consciência da imperativa necessidade de gerir bem os poucos recursos disponíveis, mas não podem, nem devem ser sempre os mesmos, os mais fracos, a sofrer os sacrifícios.

Não será demais recordar que as pessoas que vivem no Interior são duplamente penalizadas relativamente a outros concidadãos que tiveram a sorte de viver em zonas mais favorecidas.

Porquê?

Porque a política de encerramento de alguns serviços públicos agrava as condições de vida das populações e aumenta as assimetrias no território nacional, não crendo que os ganhos financeiros, se efectivamente vierem a existir, compensem as consequências nefastas que trazem para a vida das pessoas.

Por tudo isto, antes de entrar no tema, solicitava ao Senhor Presidente da Câmara que convidasse os Senhores Ministros a fazer uma incursão pela Zona do Pinhal para perceberem que a morte anunciada do Interior não é uma ficção, mas uma realidade.

Hoje, porém, irei restringir-me a uma área que preocupa de que maneira o nosso Concelho: a saúde.

Achamos que há problemas a mais na área da saúde local, que têm de ser respondidos de forma clara e esclarecedora, e o local próprio é a Assembleia Municipal.

Os cortes cegos chegaram à Unidade Local de Saúde de Castelo Branco.

Querendo reduzir despesas, qual foi a maneira mais fácil que encontrou?

Acabando, ou tentando acabar com os apoios ao pagamento dos funcionários que estão ao serviço desta estrutura nas extensões de saúde e no Centro de Saúde da Sertão.

E de que maneira o tentou fazer?

Lendo e ouvindo a Comunicação Social, de uma forma engenhosa, com a apresentação de um novo protocolo, argumentando que o actualmente em vigor data de 1984.

Porém, as suas imposições e sugestões para minorar este problema, variaram conforme a cor partidária que actualmente preside à Junta de Freguesia.

No caso de eleitos pelo Partido Socialista:

Na Freguesia do Castelo - a "ULS" informou que iria efectuar cortes relacionados com serviços de limpeza e manutenção da extensão de saúde, decisão não negociável, não havendo qualquer forma de contornar a situação.

Na Freguesia de Pedrógão Pequeno - ou a Junta "colaborava com a "ULS", ou há o risco de reduzir substancialmente o funcionamento da extensão de saúde", a qual se recorda, funciona em edifício próprio e não na Junta de Freguesia.

Na Freguesia da Várzea dos Cavaleiros - ou a Junta aceitava o novo protocolo sem o apoio financeiro até hoje existente, ou o posto médico seria extinto.

No caso de eleitos pelo Partido Social-Democrata:

Na Freguesia do Cabeçudo - a "ULS" trazia uma má e uma boa notícia: a má notícia era que o posto manter-se-ia mas a Junta tinha que assumir a importância até agora assumida pela "ULS", a boa era como instalações e a funcionária eram da Junta, em princípio o Posto Médico não fecharia.

Na Freguesia do Troviscal - a "ULS" trazia uma má e uma boa notícia: a má notícia era ou a Junta aceitava ficar com os encargos inerentes à limpeza, electricidade e funcionário, ou o Posto Médico fechava, a boa notícia era se aceitassem as condições, o Posto Médico não fecharia.

Ao autarca do Cabeçudo, o responsável da "ULS" que o contactou, deixou no ar a hipótese de a Câmara o poder vir a apoiar, se fosse da mesma cor política!

Para não me considerarem politiqueiro, deixo o alerta do responsável da "ULS" para vossa reflexão, só com um comentário ... ao que chegámos!

Entretanto a "ULS", vendo que se tinha exorbitado, tenta dar o dito por não dito, expressando que o que pretende é uma reorganização dos serviços relativamente a estas extensões de saúde, porque se está a debater com algumas dificuldade a nível de pessoal médico, estando a negociar com as Juntas de Freguesia e não a impor, garantindo que cada caso é um caso... cá estaremos para ver!

Face ao exposto, esperamos que a decisão que a Câmara e a "ULS" vier a tomar no que respeita ao encerramento das extensões de saúde, prime pela equidade, independentemente da cor política que presida à Freguesia e que se utilizem argumentos plausíveis, razões perfeitamente admissíveis e suficientes para explicar as opções que vierem a tomar.

Uma última questão.

Se acaso vier a ocorrer o encerramento da maioria das extensões de saúde do Concelho, deixo à reflexão destas entidades, em especial à "ULS" a pergunta: o Centro de Saúde da Sertã estará em condições de dar resposta a todas as pessoas?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

V - Esteja quem estiver à frente de uma Autarquia nunca deve esquecer que o poder autárquico é independente, e ao descuidar este princípio, não reúne as condições para ser eleito local.

Como autarca congratulo-me que o Executivo da Câmara Municipal da Sertã volte a praticar o horário de trabalho de trinta e cinco horas semanais aos seus funcionários.



Nas Autarquias que esqueceram o princípio acima enunciado – o poder autárquico é independente – tem sido inadmissível a instabilidade em que vivem há uns tempos.

Ao manter ou ao regressar ao antigo horário, ninguém está a ser irresponsável, nem tão pouco a empolar os custos, pois, decerto, a produtividade não aumenta, pelo facto dos funcionários autárquicos serem obrigados a fazer mais cinco horas semanais.

Deixemos, por isso, de parte a demagogia.

Creio que todos estamos conscientes do esforço que o País tem feito para sair da crise, mas o Poder Local tem demonstrado bem que sabe gerir os seus recursos, aliás, por essa constatação, não foi por acaso que sabiamente o Tribunal Constitucional deixou em aberto a possibilidade de as Câmaras decidirem, por si, manter os horários de trinta e cinco horas através de negociação de acordos colectivos de trabalho com os sindicatos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

VI - As Comemoração dos Oito Séculos da Língua Portuguesa tem o alto patrocínio do Senhor Presidente da República e o apoio do Ministério da Educação e Ciência e do Instituto Camões.

Têm as mesmas, início no próximo dia 5 de Maio, "Dia da Língua e da Cultura na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", no momento em que se completam 800 anos do Testamento de D. Afonso II, datado de 27 de Junho de 1214 - considerado como o primeiro ou um dos primeiros documentos escritos em português, e irão encerrar no dia 10 de Junho do próximo ano.

Esta Celebração tem como propósito afirmar a importância da língua portuguesa e dar-lhe visibilidade através de múltiplas actividades culturais, económicas e políticas, perspectivando-se de forma muito abrangente e a vários níveis, com os países que connosco partilham a língua:

- a nível cultural - porque procuram dignificar o português e unir os autores que criam e se expressam em língua portuguesa;
- a nível económico - porque visam ser um meio para aproximar Instituições e Empresas no espaço económico da lusofonia;
- a nível político - porque contribuirão para a visibilidade da língua portuguesa a nível internacional, o que será positivo para todos os Países Lusófonos.

Integram a Comissão de Honra destas Comemorações, entre outras individualidades, Mário Soares, Mota Amaral, Guilherme Oliveira Martins, Marcelo Rebelo de Sousa, Sampaio da Nóvoa, Adriano Moreira e o nosso conterrâneo Joaquim Patrício.

Para o nosso Concelho é uma distinção, que este ilustre autarca e actual Presidente do Centro Social S. Nuno de Santa Maria de Cernache do Bonjardim integre a Comissão de Honra destas Comemorações.



Proponho que nesta sessão de Assembleia Municipal seja outorgado um voto de congratulação pela distinção concedida a este nosso conterrâneo e pela visibilidade que este facto traz ao nosso Concelho. O povo que neste "fórum" representamos está consciente de que a sua presença valoriza e enriquece esta iniciativa de celebrar a língua portuguesa como património de múltiplas geografias e de referência contemporânea à escala mundial, uma língua que, parafraseando Fernando Pessoa, "é o som presente desse mar futuro".

José Paulo Barata Farinha

14.04.25

Ata nº 2/2014

Anexo VII

ANEXO VII



Ponto 2.2 – “Estatutos do Centro de Inovação e Competências da Floresta”

DECLARAÇÃO DE VOTO

Fundamento a minha abstenção, porque só recebi o “Projecto de Estatutos do Centro de Inovação e Competências da Floresta” a setenta e duas horas da realização da Sessão da Assembleia.

Mesmo assim, foram detectados alguns erros na sua elaboração, os quais foram transmitidos no debate, ficando a promessa do Presidente da Assembleia Municipal que os mandaria analisar e, se fosse caso disso, seriam alterados.

A minha posição quanto ao sentido de voto, poderá sofrer alteração quando for esclarecido sobre a alteração dos erros apontados.

José Paulo Barata Farinha

14.04.25

Ata nº 2/2014

Anexo VIII



Ponto 2.5 – “Actualização do montante das taxas - Regulamento Geral de Taxas Municipais”

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Antes de entrar no debate desta proposta, solicitava que fosse materializado, de uma vez por todas, o que se lê nas actas das reuniões do Executivo ou nas das sessões da Assembleia: “o contemplado na informação anexa-se ao maço de documentos da presente acta”.

Pessoalmente, uma vez que fosse, não consegui concretizar esta afirmação, pelo simples facto de não existirem os anexos.

Por outro lado, evitava-se, sempre que necessário consultar um documento em anexo, recorrer aos Serviços da Câmara.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Qualquer Autarca sabe que para satisfazer o máximo de desejos dos seus munícipes necessita de receitas as quais provêm, designadamente, do Orçamento de Estado, dos Impostos Directos e Indirectos, das Taxas, etc.

Não questiono o facto de uma Autarquia procurar ano a ano, uma maior receita, porém, contesto a forma como, por exemplo, se deseja efectivar a actualização do valor actual das taxas, em vigor no Município.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Através da “Proposta nº. 161/2013”, o Executivo da Câmara deliberou em 20 de Dezembro de 2013, submeter a consulta pública pelo período de trinta dias a alteração do artigo 25º. do Regulamento Geral de Taxas Municipais, referente à actualização de taxas.

Hoje, vamos debater a “Proposta nº 54” - “Actualização do montante das taxas - Regulamento Geral de Taxas Municipais”, que após período de consulta pública da “Proposta nº. 161/2013”, o Executivo traz a este “fórum” para ratificação, ou seja, a actualização anual das taxas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Questiona-se:

Vai esta actualização, ter como consequência, uma alteração orçamental, ou o aumento das taxas já está contemplado no Orçamento, aprovado em 28 de Dezembro de 2013?

Qualquer das respostas a dar merece reflexão.



Se a resposta indicar que irá efectuar-se uma alteração orçamental, esse facto é no mínimo deselegante para a grande maioria dos sertaginenses, na medida em que os parcos orçamentos familiares e da maioria das pequenas empresas, decerto, já não contavam com mais este desembolso.

Se por outro lado, a resposta for no sentido deste aumento já estar contemplado no Orçamento aprovado, essa confirmação é no mínimo frustrante para os Senhores Deputados que sancionaram um documento sem estar minimamente informados de que na rubrica relativa a esta matéria, já era um dado adquirido que em qualquer altura que a proposta viesse à votação, seria aprovada.

Daí de novo interrogar:

Esta actualização das taxas é para vigorar no ano de 2014?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Numa altura em que todos atravessamos sérias dificuldades, precisa-se ainda mais de bom senso.

A bancada do Partido Socialista pugna e deseja que entre a Assembleia Municipal e a Câmara exista um diálogo aberto, a fim de casos como o presente não mais aconteçam, porque reconheçam ou não estão em causa interesses justos da população.

José Paulo Barata Farinha

14.04.25

Ata nº 2/2014

Anexo IX



Pontos 2.6 e 2.7 – Alteração aos Planos de Pormenor da Zona Industrial da Sertã e de Cernache do Bonjardim

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Como é do conhecimento geral, o objectivo de qualquer política territorial é o desenvolvimento, no qual, o crescimento assume relevante importância.

Reiteramos as afirmações dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, quando da discussão desta "Proposta" na reunião do Executivo: "as Zonas Industriais revelam-se de grande importância para o desenvolvimento do Concelho, fomentam a economia local, constituem um meio para a promoção das pequenas e médias empresas industriais, contribuem para a criação de emprego e para a fixação da população jovem".

Dá, solicitar-se que nos informasse se em terrenos propriedade do Município, foram realizadas todas as necessárias infra-estruturas?

Colocamos esta questão, porque há tempos, foi referido pelo Presidente da Câmara a um órgão de comunicação social regional, e cito: "temos muitos pedidos para implementação de empresas no Concelho. Temos neste momento seis pedidos para instalação de empresas na Zona Industrial da Sertã e mais um ou dois em Cernache".

Questiona-se: que empresas estão ou estiveram interessadas em instalar-se nas Zonas Industriais da Sertã e de Cernache do Bonjardim?

Para além desses postos de trabalho, quantos foram perdidos desde 2010, nas Zonas Industriais de Cernache do Bonjardim e da Sertã?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Regressando ao tema da "Alteração aos Planos de Pormenor da Zona Industrial da Sertã e de Cernache do Bonjardim", estamos de acordo que é um trabalho necessário, mas que em nada altera o problema com que se debatem as nossas Zonas Industriais.

Permita-se a pergunta: é verdade ou mentira afirmar-se que nestes últimos quatro anos, não foram adquiridos terrenos para expansão de qualquer das Zonas Industriais, nem foram colocados à disposição dos interessados quaisquer terrenos que já são propriedade do Município?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Estamos uma vez mais de acordo quanto à necessidade de estimular o investimento empresarial, o que passa pela criação de condições favoráveis e atractivas para as empresas que no Concelho pretendam desenvolver a sua actividade, designadamente, através da criação mecanismos de maior dinamização das Zonas Industriais e de incentivos à instalação de novas empresas.

Espera-se, de igual modo, que estejamos de acordo, com as sugestões que já foram propostas pelos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, nomeadamente, referentes à redução da "Taxa de Derrama" e/ou à isenção ou redução de taxas e preços quando da fixação de novas empresas ou novos investimentos em função dos postos de trabalho criados, a saber:

- as empresas que criem mais de vinte postos de trabalho, empregando pessoas naturais ou residentes no Concelho, adquiram o seu lote pelo preço simbólico de 1,00 €/m²;



- as empresas que desenvolvam entre onze a vinte postos de trabalho, empregando pessoas naturais ou residentes no Concelho, comprem o seu lote pelo preço simbólico de 1,50 €/m²;
- as empresas que promovam entre cinco a dez postos de trabalho, empregando pessoas naturais ou residentes no Concelho, recebam o seu lote pelo preço de 2,00 €/m²;
- e finalmente, as empresas que originem até cinco postos de trabalho, empregando pessoas naturais ou residentes no Concelho, obtenham o seu lote pelo preço de 2,50 €/m².

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Permita-se uma reflexão final: dada a proliferação de Zonas Industriais na nossa Região, não deveríamos estar a debater a construção de uma rede intermunicipal das mesmas, promovendo, assim, uma maior cooperação com os Municípios vizinhos, tendo como objectivo obter economias de escala e uma gestão de sinergias de serviços locais.

Como o tempo, infelizmente, nos vai ensinando, apesar dos Incentivos Nacionais e Locais que deveriam dar vantagem às regiões do Interior, o Litoral continua a ser preferencialmente escolhido para a instalação de indústrias, concluindo-se que não basta oferecer Zonas Industriais bem infra-estruturadas, estrategicamente localizadas, com bons acessos viários, para que investidores e empresários procurem fixar a sua empresa.

Sabemos, por experiência própria, que as Autarquias do Interior, individualmente, não têm capacidade para fazer acelerar o processo de correcção das assimetrias

Tal cometimento, envolve um ordenamento global do território nacional e passa pela vontade política do Governo Central através da imposição de limites à implantação industrial nas áreas congestionadas e incentivos convincentes à implantação no Interior.

Por isso, em nossa opinião, seria de interesse para todos que existisse um consenso entre os diversos Municípios no sentido de através dele possam tirar partido a favor de uma dinamização conjunta da região.

Ou estaremos enganados?

José Paulo Barata Farinha

14.04.25

Ata nº 2/2014

Anexo X

Ponto 2.8 – “Alteração ao Regulamento Municipal da Toponímia e Numeração de Polícia”

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Propõe-se a alteração das regras de numeração contidas nas alíneas a) e b) do número 1 do Artigo 16º., do Regulamento Municipal da Toponímia e Numeração de Polícia”.

Sugere-se na “Proposta” que seja introduzida na redacção destas alíneas, a frase “poderá ser utilizado critério diferente quando devidamente justificado e tal contribuir para uma numeração mais eficaz e que origine ganhos significativos de eficiência.”

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

A toponímia foi sempre encarada como um instrumento de identificação de moradas dos habitantes, decorrendo deste facto que tem que ser inequívoca, ou seja, permitir a localização das mesmas sem ambiguidades, o que não irá acontecer se acaso se vier a aprovar as modificações agora apresentadas.

Um dos principais princípios da toponímia é a estabilidade, quer quando nos referimos à entrega do correio, quer quando pensamos na localização de uma morada para qualquer forma de socorro.

Decorre daqui, ser condição indispensável ter designações toponímicas de acordo com uma lógica simples de entender, tanto quanto possível uniforme e estável, ou seja, não estar a alterar as regras sem um forte motivo, facto que não transparece na proposta.

Por fim, gostaríamos de tomar conhecimento do “Parecer” da Comissão Municipal de Toponímia, órgão consultivo da Câmara para questões de toponímia e numerações de polícia, onde decerto estarão plasmadas as razões que contribuirão para “uma numeração mais eficaz” e as razões dos “ganhos significativos de eficiência”, para em consciência, podermos avaliar as vantagens ou não da alteração solicitada.

José Paulo Barata Farinha

14.04.25

Ata nº 2/2014

Anexo XI

Ponto 2.8 – “Alteração ao Regulamento Municipal da Toponímia e Numeração de Polícia”

DECLARAÇÃO DE VOTO

As razões do meu voto contra a alteração das regras de numeração contidas nas alíneas a) e b) do número 1 do Artigo 16º., do Regulamento Municipal da Toponímia e Numeração de Polícia”, são as seguintes:

1 – A toponímia é um instrumento de identificação de moradas dos habitantes, daí ter que ser inequívoca, permitindo a localização das mesmas sem ambiguidades, o que não acontecerá com as modificações introduzidas.

2 – A estabilidade dos princípios da toponímia é condição indispensável ter designações toponímicas de acordo com uma lógica simples de entender, tanto quanto possível uniforme e estável, ou seja, não estar a alterar as regras sem um forte motivo, facto que não transparece na proposta.

3 - Por não ter sido facultada o “Parecer” da Comissão Municipal de Toponímia, no qual estariam plasmadas as razões que contribuíram para “uma numeração mais eficaz” e as razões dos “ganhos significativos de eficiência”, para que pudesse em consciência avaliar das vantagens ou não da alteração solicitada.

José Paulo Barata Farinha

14.04.25

Ata nº 2/2014

Anexo XII

2.9 – “Emissão de Autorização prévia relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais”

DECLARAÇÃO DE VOTO

Fundamento o meu voto contra nesta sessão de Assembleia Municipal por continuar a pressupor que a proposta vai no sentido contrário ao estatuído no nº. 1 do artigo 34º. da Lei 75/2003, de 12 de Setembro.

José Paulo Barata Farinha

14.04.25

Ata nº 2/2014

Anexo XIII

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

RELATÓRIO E CONTAS 2013

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,
Senhores Vereadores,
Senhores Jornalistas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Nesta apresentação do Relatório e Contas de 2013, gostaria de começar por salientar que o Município da Sertã atingiu neste primeiro ano do segundo mandato deste Executivo a saúde financeira que se impunha e que ambicionávamos.

Embora comprometido obviamente por exercícios anteriores este Relatório reflete as nossas preocupações fundamentais:

- A estruturação da dívida, agora completamente estabilizada e concluída;
- E rigor e uma postura de responsabilidade assente na consciência da grave situação que Portugal vive e que – felizmente para todos – está a caminho de se resolver, podendo ver-se, agora sim, já a luz ao fundo do túnel.

Se este mérito assenta bem à postura de rigor e responsabilidade que referi, também não é estranho às medidas propiciadas pela conjuntura, e muito menos à postura de responsabilidade, de parcimónia e colaboração de todos os Municípios do Concelho da Sertã.

...

A taxa de execução tem vindo a aumentar porque não temos dívida.

A execução orçamental ronda os 70% mas o nosso objetivo é chegar num curto espaço de tempo aos 90%. Cenário que nos parece possível de atingir e ainda melhorar.

Receita

Execução da Receita



No ano de 2013 cobraram-se 14.901.791,30€, dos quais 11.193.528,88€ respeitam a receita corrente, 3.706.602,56€ a receita de capital e 1.659,86€ a reposições não abatidas aos pagamentos. De salientar que, as reposições não abatidas aos pagamentos não derivam de uma efetiva cobrança de receita do ano, mas sim de uma correção aos pagamentos feitos em anos anteriores. As reposições não abatidas aos pagamentos apresentam em 2013 uma execução de 52% .

O quadro seguinte retrata a execução da receita em 2013, permitindo-nos analisar os desvios entre a receita prevista e a receita efetivamente arrecadada.

O orçamento aprovado previa um montante de receita de 19.876.525,00€, tendo, no entanto, sido necessário proceder a uma revisão orçamental, no 2º semestre do ano de 2013, para acomodar as verbas provenientes da aprovação do empréstimo contraído com o Estado Português, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), no montante total de 2.130.876,62€.

Apesar do orçamento inicialmente aprovado ter sido objeto de revisão orçamental, tendo o seu valor global aumentado para 21.368.138,00€, ainda assim, o valor orçamentado em 2013 após a revisão, foi inferior em 5.145.849,00€ ao orçamentado em 2012, correspondendo a uma redução de 20%.

Em termos globais, a receita cobrada foi inferior à estimada (menos 30%), conduzindo a uma taxa de execução da receita que se cifrou nos 70%, superior à taxa de execução da receita registada em 2012 (55%).

Conforme se pode ver no esquema que se apresenta, a receita corrente teve uma performance substancialmente superior à receita de capital:

Para o bom desempenho da execução da receita corrente contribuíram as verbas auferidas a título de rendimentos de propriedade, impostos diretos, venda de bens e serviços correntes e impostos indiretos, as quais tiveram um nível de execução superior a 100%.

No que respeita aos rendimentos de propriedade, cujo o nível de execução foi na ordem dos 134%, o bom desempenho deveu-se, na sua generalidade, ao incremento dos benefícios auferidos pelo município na sequência do pagamento de rendas por parte das empresas detentoras de licenças de exploração de parques eólicos, conforme disposto no n.º 27 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 33-A/2005 de 16 de fevereiro e ainda às rendas provenientes dos centros electroprodutores, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 424/83, de 06/dezembro.

Neste âmbito, destaca-se o comportamento positivo do Imposto Municipal S/ Imóveis e do Imposto Único de Circulação, relativamente aos quais a receita arrecadada foi superior à receita prevista em 374.059€ e 112.350€, respetivamente. Relativamente à Derrama (imposto que incide sobre o lucro tributável das pessoa coletivas), o valor total arrecadado foi inferior ao previsto, no entanto, o nível de execução atingido foi na ordem dos 84%, ficando por cobrar apenas 16% da receita prevista. Tendo em conta o atual contexto de crise económica, que muito tem afetado a atividade das empresas portuguesas, pode considerar-se que este tipo de imposto teve um bom nível de execução tendo em consideração as especificidades do concelho da Sertã.



Ainda ao nível dos impostos, é de salientar também o bom nível de execução dos impostos indiretos com uma taxa de execução de 104%.

No que respeita à venda de bens e serviços correntes, a receita cobrada foi superior à receita estimada em 84.951,00€, o que se traduziu numa execução superior a 100%. Para o bom desempenho desta rubrica, contribuíram as verbas relacionadas com a venda de água, com a prestação de serviços desportivos (verbas cobradas na piscina, ginásio e pavilhões desportivos municipais) e com os resíduos sólidos urbanos em que a receita cobrada superou a receita estimada.

As transferências correntes com uma execução de 92% contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, e as comparticipações comunitárias a projetos co - financiados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos programa assinados com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGES) para apoio a diversas atividades desenvolvidas no pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico.

No grupo da receita de capital, o desfasamento entre a receita cobrada e a receita prevista foi bastante acentuado, pois, cerca de 61% da receita estimada não foi cobrada.

Para o desvio verificado nas diversas rubricas de capital contribuíram os seguintes aspetos:

- Venda de bens de Investimento: à semelhança do que se tem vindo a verificar em anos anteriores a execução ficou muito aquém da previsão porque a atual conjuntura económica continua a revelar-se pouco favorável à alienação de património.

Relativamente aos passivos financeiros, o resultado da execução corresponde ao empréstimo já mencionado anteriormente no valor total de 2.130.876,62€.

Estrutura e Evolução da Receita

O quadro seguinte discrimina a receita total cobrada de acordo com as diferentes componentes de natureza económica, podendo-se aferir do impacto de cada uma na receita total arrecadada. Deste modo, verifica-se que do total da receita cobrada, 75% refere-se a receita corrente e 25% a receitas de capital.

As “Transferências correntes e de capital”, continuam a ser as rubricas com maior peso percentual na estrutura das receitas do município (54%), tendo contribuído com 43% e 11%, respetivamente para o total da receita arrecadada. No entanto, o seu peso percentual, no contexto das receitas, diminuiu cerca 15% em relação a 2012.

Neste grupo, encontramos os “Fundos de Equilíbrio Financeiro” (FEF+FSM+IRS) que no seu conjunto representam 49% das receitas municipais. Foram arrecadados a este título -8%

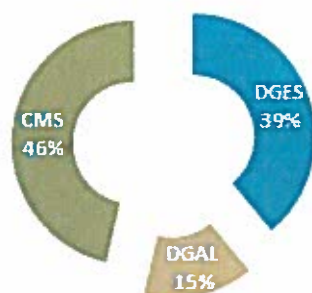


(601.827,00€) de que no ano anterior, predominando a tendência de redução que se tem verificado nos últimos anos em virtude dos constantes constrangimentos orçamentais, fruto do Programa de Assistência Financeira a que Portugal está adstrito.

Ainda no âmbito das transferências correntes, importa analisar as verbas provenientes de protocolos celebrados com a Administração Central, designadamente, com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGES), no âmbito da delegação de competências no domínio da educação pré-escolar, do programa de generalização do ensino do inglês e de outras atividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo do ensino básico e do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico.

Da análise dos dados extraídos da contabilidade analítica, verificou-se que os custos totais subjacentes às atividades atrás referidas ascenderam a 733.307,66€, pelo que o município suportou com fundos próprios cerca de 46% desse montante.

Repartição dos custos no âmbito da educação



Voltando à análise da estrutura da receita, seguem-se em termos de importância, a “Venda de bens e serviços correntes” (11%) e os “Impostos diretos” (10%).

A rubrica referente aos passivos financeiros representa em 2013, 14% da receita auferida devido ao empréstimo contraído no âmbito do PAEL.

Em 2013, a receita cobrada aumentou 405.733,74 € (cerca de 3%) face ao ano de 2012. Para esta evolução positiva contribuiu o acréscimo verificado na generalidade das rubricas da receita corrente, com exceção da rubrica referente às outras receitas correntes que registou um decréscimo na ordem dos 9%. No que respeita ao total das receitas de capital regista-se um decréscimo de 17%.

Quando analisada a evolução da receita corrente, verifica-se que após as quebras registadas nos dois últimos anos, o ano de 2013 representa um ponto de viragem, com um acréscimo de 12% face ao ano de 2012. As receitas de capital, com exceção do ano de 2011, têm vindo a registar decréscimos sucessivos, ficando o ano de 2013 marcado por uma quebra de 17%.

O comportamento da receita só se compreenderá pela análise das suas componentes económicas apresentando os quadros e gráficos subsequentes a respetiva decomposição por rubricas orçamentais.



As receitas fiscais representam cerca de 12% da receita total auferida e são o segundo agrupamento de receita mais relevante no cômputo geral das receitas.

Em termos globais as rubricas associadas à cobrança de impostos apresentam em 2013 um aumento de 23%, sendo que, os impostos indiretos, à semelhança do ano transato, continuam a destacar-se com uma evolução bastante positiva, pois apresentam uma taxa de crescimento de 64%.

No que se refere aos impostos diretos, registam no ano em análise, uma taxa de crescimento de 21%. As subrubricas que mais contribuíram para este resultado foram o IMI/Contribuição Autárquica (a atualização dos valores patrimoniais tributários continuam a ter reflexos positivos na receita arrecadada a este título) e o Imposto Único de Circulação com taxas de crescimento de 55% e 28%, respetivamente.

As “Taxas, multas e outras penalidades” embora tenham um valor pouco expressivo no total da receita (1%), registam em 2013 um nível de execução de 68% e um aumento comparativamente ao ano anterior de 21%.

Os rendimentos de propriedade, representam 9% do total da receita arrecadada e apresentam um nível de execução superior a 100%. Pelo segundo ano consecutivo, esta tipologia de receita continua a destacar-se não só pelo seu bom nível de execução como também pela taxa de crescimento que em 2013 voltou a aumentar cerca de 21%. De realçar que, a taxa de crescimento verificada em 2012 tinha sido na ordem dos 17%. Estes rendimentos resultam na sua generalidade do recebimento de rendas pagas pelas empresas que detêm licenças de exploração de parques eólicos conforme disposto no n.º 27 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 33 A/2005 de 16 de fevereiro e ainda das rendas auferidos por parte dos centros electroprodutores, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 424/83 de 06 de dezembro.

A “Venda de bens e serviços” correntes, com um peso de 11% no total das receitas cobradas, registaram um aumento de 3% face ao ano anterior. O mesmo não se verificou nas “Outras receitas correntes” que apresentaram uma evolução negativa de -9%.

Despesa

Execução da Despesa

O quadro que a seguir se apresenta, espelha a execução orçamental em 2013, permitindo-nos verificar não só, os desvios entre a despesa orçamentada e a despesa efetivamente realizada, como também, quais as prioridades em termos de despesa corrente e de capital, bem como, a sua natureza específica (pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, etc).



Do orçamento de 2013, foi realizada e paga despesa no montante de 14.825.112,18€, da qual 10.775.408€ a título de despesa corrente e 4.049.705€ a título de despesa de capital.

A taxa de execução da despesa total foi de 68%, registando a despesa corrente uma taxa de execução de cerca de 86% e a despesa de capital uma taxa de execução de 44%.

Taxa de Execução da Despesa - 2013



Conforme se pode verificar no quadro infra, os níveis de execução da despesa apresentam uma evolução positiva, quando comparados com os do ano transato. Para esta evolução, contribuiu essencialmente da libertação de verbas associadas ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), ao qual o município se tinha candidatado em 2012 e que permitiu que fossem regularizados todos os pagamentos em atraso.

As taxas de execução apresentadas têm por base a despesa paga. No entanto, importa analisar também, a taxa de execução da despesa na ótica da despesa comprometida, isto é, “compromissos assumidos”, uma vez que, o diferencial entre o valor pago e o valor comprometido terá reflexos diretos no orçamento das gerências seguintes.

Ao registar um compromisso o Município assume uma obrigação de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens, de serviços, da execução de uma empreitada ou da satisfação de outras condições. Os compromissos podem ser anuais ou plurianuais, dependendo se implicam obrigações de efetuar pagamentos em mais de um ano económico ou não. Com o pagamento extingue-se o compromisso.

A 31 de dezembro de 2013, o mapa de execução orçamental da despesa, indicava um montante total de compromissos assumidos de 16.247.368,10€, dos quais tinham sido pagos 14.825.112,18€, conduzindo a um nível de execução na ordem dos 91%.

O diferencial de 1.422.255,92€ corresponde a compromissos assumidos e não pagos (menos 2.498.332€, do que na passagem de gerência de 2012 para 2013), sendo que, 358.182,46€ corresponde a despesa já suportada com documento de despesa (fatura) e 1.064.073,46€ refere-se a despesa assumida que ainda não foi faturada mas que tem implicações orçamentais, onerou o orçamento que entrou em vigor em Janeiro de 2014.

Evolução da Dívida



Estrutura e evolução da despesa

Em 2013, e à semelhança de anos anteriores, verifica-se que o peso das despesas correntes (73%) é superior ao das despesas de capital (27%), evidenciando o quadro seguinte o peso de cada rubrica no total da despesa, assim como, a respetiva taxa de crescimento comparativamente ao ano de 2012.

No grupo das despesas correntes, as despesas com a aquisição de serviços são que têm maior expressão absorvendo cerca de 27% do total da despesa realizada, seguindo-se as despesas com o pessoal com um peso de 25% e as despesas com a aquisição de bens com um peso de 12%. No seu conjunto, estas três rubricas representam 88% da despesa corrente e 64% da despesa total. Com uma representatividade bastante menor surgem as transferências correntes (6%) e as despesas associadas aos juros e outros encargos (2%).

No que se refere às despesas de capital a rubrica com maior peso percentual no total da despesa é a dos investimentos que absorveu 23% do total da despesa.

Analisando de forma mais detalhada cada uma das rubricas da despesa, o quadro seguinte apresenta a desagregação das diversas componentes das despesas com o pessoal permitindo-nos aferir as principais alterações face ao ano de 2012.



Apesar de no final de 2013 se ter verificado uma redução de 8 efetivos comparativamente a 2012, as despesas com o pessoal apresentam uma variação positiva de 6,5%, a qual se ficou a dever essencialmente ao pagamento dos subsídios de férias e natal, cujo pagamento havia sido suspenso no ano de 2012, por força das medidas de carácter excecional de estabilidade orçamental, previstas na Lei do Orçamento de Estado.

Na rubrica referente ao “Pessoal quadros - regime contrato individual de trabalho” regista-se uma variação positiva muito ténue resultante de situações que no ano anterior se encontravam registadas na rubrica “Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho”. Relativamente às rubricas “Pessoal contratado a termo” e “Pessoal em regime de tarefa ou avença” registam-se decréscimos de despesa na ordem dos 51.297 € e 10.431€, respetivamente, devido às limitações na admissão de funcionários.

No subagrupamento dos “Abonos variáveis ou eventuais” a generalidade das rubricas tiveram um decréscimo, salientando-se as diminuições de 36.404€ nas ajudas de custos e de 5.014€ nas horas extraordinárias.

No que respeita aos encargos com a segurança social, em termos gerais, expressam um aumento na ordem dos 16,3%⁺ que se encontra essencialmente associado ao aumento registado nas contribuições para a segurança social, resultante do pagamento do subsídio de férias e natal. Nas restantes rubricas que integram o subagrupamento dos encargos com a segurança social, verificam-se variações negativas, sendo de realçar o decréscimo na rubrica dos seguros que apresenta uma redução na ordem dos 15.278 €.

Não obstante o aumento verificado nas rubricas das despesas com o pessoal em 2013, se analisarmos a sua evolução nos últimos 4 anos, constatamos que a tendência foi sempre no sentido descendente.

O gráfico seguinte evidencia essa evolução.

No que respeita aos gastos com a “Aquisição de bens” (combustíveis, gás, matérias-primas, material de transporte, etc) regista-se um decréscimo de 11%, face ao ano anterior. Por outro lado, no que diz respeito às despesas com a “Aquisição de serviços” (refeições escolares, transportes escolares, comunicações, encargos com instalações, iluminação pública, etc) o total de pagamentos efetuados em 2013 foi superior em 30% aos pagamentos efetuados em 2012. Este acréscimo ficou a dever-se sobretudo à liquidação de despesa referente a anos anteriores (cerca de 36%) que na sequência da libertação de verbas referentes ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), ao qual o Município se candidatou, foi possível solver.

Os pagamentos realizados em 2013 na rubrica “Juros e outros encargos” (onde se inclui os juros das despesas com os empréstimos de médio e longo prazo e os juros decorrentes do incumprimento do pagamento das faturas dentro do prazo legal, entre outros), registam um aumento superior a 100% devido aos encargos associados às faturas que se encontravam registadas em pagamentos em atraso e que, por via da libertação de verbas do PAEL, foi



possível liquidar. É expectável que em 2014 os valores desta rubrica venham a ser substancialmente inferiores. De salientar ainda que, para este aumento contribuiu também o pagamento da 1.ª prestação de juros do empréstimo referente ao PAEL.

As transferências no seu conjunto, desagregadas pelo classificador económico em, em transferências correntes e transferências de capital, representam cerca de 7% da despesa total.

Em “Transferências correntes”, foram registadas todas aquelas verbas que visam apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades com interesse municipal, bem como as verbas a título de apoio ao associativismo. É também, nesta rubrica que se inscrevem as transferências para as freguesias (no âmbito de protocolos celebrados) e para os agrupamentos de escolas com quem o município tenha celebrado protocolos/acordos de colaboração no âmbito da educação. Em 2013, este subgrupo de despesa registou uma redução de 12%.

Em “Transferências de capital” são inscritas todas as transferências que tenham como objetivo apoiar o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias. O montante total transferido foi de 133.563€.

Os apoios concedidos a título de transferências resultam de uma política de intervenção municipal com o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento cultural, desportivo e social.

As “Despesas com investimentos” representam 23% do total da despesa paga e registaram em 2013 uma redução de 14% comparativamente a 2012.

No que toca ao agrupamento económico dos “Passivos financeiros”, (onde são registadas as operações financeiras, que envolvam pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos) constata-se um aumento de 14% face ao ano transato, que decorreu da contratação do empréstimo com o Estado Português no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – PAEL.

Plano Plurianual de Investimentos

O montante da dotação corrigida, inscrita em PPI para o ano 2013, ascendeu a 7.781.722,00€ menos 2.710.578,00€ do que em 2012.

O quadro seguinte expressa a execução global do PPI:



Cerca de 52% da despesa prevista em PPI foi comprometida e 44% foi paga. No entanto, se relacionarmos a despesa paga com a despesa comprometida e faturada, verificamos que 98% da despesa comprometida e faturada foi paga.

No campo dos investimentos, a rubrica mais expressiva é a das construções diversas onde encontramos investimentos na área dos arruamentos, dos sistemas de drenagem de águas residuais, captação e distribuição de água, parques e jardins, instalações desportivas e recreativas, viação rural, sinalização e trânsito, infraestruturas para distribuição de energia elétrica e dos cemitérios.

O gráfico seguinte reflete a evolução do investimento total no quadriénio 2010-2013.

Análise Patrimonial

Evolução da Situação Económica e Financeira

Análise ao Balanço

O Balanço apresenta a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e o Passivo e Capital Próprio, que representam a estrutura financeira, ou seja a origem de fundos.

De seguida é apresentada uma súmula do balanço a gerência de 2013, na qual é possível constatar relativamente ao ativo o seguinte:

- ✓ O imobilizado representa 98% do ativo total tendo a sua evolução registado um decréscimo de 4% face ao ano anterior;
- ✓ Os bens de domínio público decresceram 6,5% comparativamente a 2012, assim como, as imobilizações corpóreas que registaram um decréscimo de 2,2%. A inverter esta tendência surgem as imobilizações incorpóreas com um crescimento de 40,3%;
- ✓ No contexto do ativo circulante há que destacar:
 - O crescimento de aproximadamente 18% das disponibilidades;

- A conta de dívidas de terceiros curto prazo apresenta um crescimento de 10,6%, considerando o montante de 287.811,86€ referente às provisões para dívidas de cobrança duvidosa;
 - Crescimento de 8,7% das existências;
 - Crescimento de 7,6% nos acréscimos e diferimentos;
- ✓ Fundos Próprios:
- Aumento do peso dos fundos próprios em contrapartida da redução do peso do passivo;
 - Evolução positiva no que respeita ao resultado líquido de exercício passando de -904.769€, em 2012 para -484.372€ em 2013, verificando-se uma redução dos resultados negativos de 420.997€.
- ✓ Passivo:
- Redução substancial das dívidas a terceiros de curto prazo (-75,7%) devido à regularização dos pagamentos em atraso;
 - Aumento dos empréstimos de médio longo prazo em 6,8% devido à contratação de um novo empréstimo (PAEL);
 - Redução dos acréscimos e diferimentos de 5,4%;

Análise à Demonstração de Resultados

O principal objetivo da demonstração de resultados é aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a uma redução, dos custos e perdas em cerca de 9%.

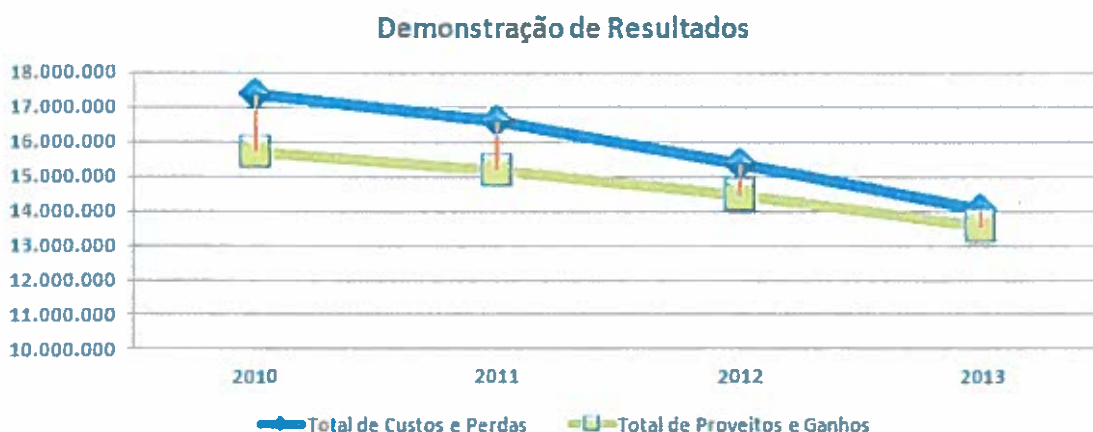
Apresenta-se de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto dos custos e perdas

e dos proveitos e ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano anterior.



Em termos globais, comparando os custos e perdas com os proveitos e ganhos, verifica-se um saldo negativo. No entanto, esse saldo negativo tem vindo a decrescer sucessivamente nos últimos anos.

A diferença entre os custos e perdas e os proveitos e ganhos, traduz o resultado líquido do exercício, o qual se encontra representado no gráfico seguinte nos intervalos da linha a laranja.



Ao nível dos custos e perdas, os custos operacionais são os mais representativos no contexto dos custos e perdas, tendo registado uma redução de 8% face ao ano de 2012. Para essa redução contribuiu:

- o decréscimo verificado ao nível das provisões: -47%;
- o decréscimo verificado ao nível do custo da mercadorias vendidas e matéria consumidas (CMVMC): -19%;
- o decréscimo verificado ao nível das transferências e subsídios correntes concedidos: -19%;
- o decréscimo verificado ao nível nas amortizações do exercício: 13%;
- o decréscimo verificado ao nível nos fornecimentos e serviços externos: 4%

Os custos e perdas financeiras registaram um decréscimo de 70% ao invés dos custos e perdas extraordinários que registaram um aumento de cerca de 37%.

Quanto aos proveitos e ganhos, os proveitos e ganhos operacionais, registaram um decréscimo de cerca de 10%. No âmbito dos proveitos e ganhos apenas as contas referentes aos impostos e taxas registaram um aumento de 21%.

Ao nível das rubricas referentes aos trabalhos para a própria entidade e das transferências e subsídios obtidos verificaram-se decréscimos de 86% e 10%, respetivamente.

Proposta de Aplicação o Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício cifrou-se em (-) 484.371,93 Euros.

Propõe-se que se proceda nos termos da Nota 2.7.3 do POCAL, transferência do resultado líquido negativo do exercício de 2013 para a conta 59 "Resultados Transitados".

Os próximos anos vamos vive-los com realismo, consolidando os resultados alcançados.

É o que de uma forma bem vincada este Relatório e Contas de 2013 já refletem.

Como não se pode investir mais, temos que investir melhor.

Como os recursos são mais que nunca, – escassos, eles têm que ser criteriosamente aplicados e potenciados.

Investir nas pessoas, no apoio à criação de emprego, no apoio às empresas do Concelho, é pois uma responsabilidade social de todos nós, e será decisivo para que os maus cenários se dissipem do nosso horizonte.

Investir no tecido produtivo do Concelho, dando especial atenção às zonas industriais, à formação e ao empreendedorismo, estando ainda e particularmente atentos às questões sociais e às famílias mais frágeis e expostas às dificuldades. Estas são prioridades que se podem comprovar neste ano que passou e são prioridades que vão ser mantidas.

As pessoas não são números.



A qualidade de vida dos cidadãos não se mede por números. Mede-se pelo bem-estar e satisfação, pelo grau de alegria que cada um de nós tem nas suas vidas.

Daí que o rigor e a responsabilidade que necessariamente têm que ser aplicadas às contas públicas não devem nem podem esquecer o dia-a-dia das pessoas.

A gestão e administração dos bens públicos fazem-se para as pessoas, para os cidadãos.

Aplicar bem os recursos públicos em prol da comunidade é uma responsabilidade que nos foi confiada.

O Relatório e Contas de 2013 reflete essas preocupações e são obrigações que continuaremos a cumprir.

O documento que hoje apresentamos à Assembleia Municipal, já discutido e aprovado em Reunião de Executivo, reflete a ação do Município no exercício de 2013.

Na ação que a ele conduz, procurámos ser justos e parcimoniosos, pautando a nossa orientação por princípios solidários e conscientes, numa conjuntura difícil, em que o Concelho da Sertã não é uma ilha isolada - nem dos problemas nem das soluções.

Porque reflete rigor e credibilidade, ao mesmo tempo que assume preocupação com as pessoas e com os cidadãos do Município da Sertã, com os olhos postos no futuro, proponho aos Senhores Deputados Municipais que aprovem o Relatório de Contas de 2013.

Muito obrigado

José Farinha Nunes

Ata nº 2/2014

Anexo XIV

ANEXO XIV


CONTA GERÊNCIA - 2013

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Não iremos, uma vez mais, lamentar a insuficiência de tempo para estudar as implicações de alguns pontos importantes inclusos no expediente enviado, entre os quais se releva o Relatório e Contas. Este tipo de procedimento, como todos devíamos saber, constitui um sério obstáculo para que qualquer membro desta Assembleia disponha de uma informação completa sobre os assuntos municipais. Mas, não podíamos de deixar a nota para que tentem que, ao menos, não se repita!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Em 31 de Dezembro encerram as contas da Autarquia, segundo a regra da anualidade, não só para apurar o valor global das receitas arrecadadas e das despesas realizadas, mas, mais importante, para apurar a justeza das previsões efectuadas e os níveis de execução orçamental que possibilitarão determinar o indicador de medida da capacidade de realização da Autarquia.

Como foi e é nosso timbre, não iremos escarpelizar as contas tecnicamente, pois não temos quaisquer dúvidas sobre a sua conformidade.

Já no que concerne à análise política, tentaremos meditar sobre as escolhas e as não opções.

Philip Kotler, no seu livro "Marketing Places", lembra que "as regiões, as cidades e as vilas em dificuldades não são só aquelas cujas actividades económicas principais estão em declínio, mas também todas as que pensam que o dia de amanhã será mais ou menos igual ao de hoje".

Poderíamos dar-vos uma série de exemplos de regiões e de Concelhos que já compreenderam esta mensagem, porém, estamos mais interessados em reflectir sobre questões como:

O que se pretende para o nosso Concelho?

Que tipo de actividades económicas se pretende cativar ou manter?

Encontrar respostas para estas questões é dar prioridade a certos interesses em detrimento de outros, é optar, é decidir.

Infelizmente é mais fácil congeminar um rol de realizações no Plano, que quando da análise da Conta de Gerência se constata, acabaram por não ser concretizáveis.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Não devemos esquecer que o povo nos elegeu para, entre outras funções, acompanhar, fiscalizar e controlar os actos do Executivo da Autarquia.

Parafraseando Albert Camus "não escolher é uma outra forma de escolha".

Daí pensarmos que já vai sendo tempo da maioria do Executivo rever criticamente algumas das suas ideias, sistemas e formas de actuar perante as situações e os desafios propostos pelos Vereadores e pelos Deputados do Partido Socialista.



José Paulo Barata Farinha

14.04.25

Ata nº 2/2014

Anexo XV



2.10 – “Relatório e Contas – 2013”

DECLARAÇÃO DE VOTO

Pelas razões invocadas no decurso do debate possível, que antecedeu a votação da Conta de Gerência da Câmara Municipal da Sertã de 2013, fundamento essencialmente ter optado pela abstenção, pela insuficiência de tempo para estudar as implicações políticas contidas no Relatório e Contas de 2013.

Este documento foi-me enviado, somente, a setenta e duas horas da realização da Sessão da Assembleia, facto que mais uma vez se lamenta, pois, este tipo de procedimento constitui um sério obstáculo a uma fiscalização que todos queremos transparente e responsável.

José Paulo Barata Farinha

14.04.25